

DECLARAÇÃO

Apresentamos abaixo os índices contábeis da Telemar Norte Leste S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 33.000.118/0001-79, com base no balanço de 31 de dezembro de 2013.

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo não Circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}} = 0,86$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = 1,16$$

$$LS = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}} = 1,12$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}} = 1,66$$

$$EG = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}{\text{Ativo Total}} = 0,60$$

$$CT = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}{\text{Patrimônio Líquido}} = 1,50$$

$$S = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo não Circulante}} = 2,59$$

Onde (em milhares de reais):

Ativo Total = 47.914.080

Ativo Circulante = 11.920.890

Ativo não Circulante* = 12.739.346

Estoques = 406.355

Passivo Circulante = 10.299.620

Passivo não Circulante = 18.482.091

Patrimônio Líquido = 19.132.369

*Não inclui Investimentos, Imobilizado e Intangível.

Rio de Janeiro, 09 de maio de 2014.

Marcelo Antônio Leal Gomes
CRC-RJ- 083.182
Contador

TELEMAR NORTE LESTE S.A.

CNPJ 33.000.118/0001-79

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Ações e Titulares

A administração da TELEMAR NORTE LESTE S.A. (TMAR) submete o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas das Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Perfil Corporativo e Desempenho Operacional.

	2012	2013	Var. %
Plano Regulação	18.612	18.911	-4%
Fibra	11.092	10.871	-2%
Velocidade	3,52%	3,55%	+%
TV	492	487	-1%

Em milhares

A nossa planta de telefonia fixa encerrou 2013 com 10,8 milhões de clientes na Região I, um decréscimo de 7% em relação ao ano anterior. Somos a principal empresa de telefonia fixa da Região I com uma participação no mercado de 66,4%, segundo a ANATEL(1).

No Valor encerramos 2013 com uma base de 3,6 milhões de clientes, que representa um acréscimo de 4% em relação a 2012.

A planta de TV da Oi fechou 2013 com 0,5 milhões de clientes, que representa um decréscimo de 1% em relação a 2012.

(1) A última informação disponível liberada pela ANATEL para o mercado de fixa foi de 31/10/13.

Desempenho Econômico-Financeiro.

A receita líquida consolidada foi de R\$ 23.545 milhões em 2013, um acréscimo de 9,9% em relação ao ano anterior.

A TMAR registrou EBITDA de R\$ 5.550 milhões em 2013, um decréscimo de 2,3% no comparativo com o ano passado. A Companhia encerrou 2013 com um lucro líquido de R\$ 761 milhões representando decréscimo de 50,4% em relação a 2012.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, fornecedores e órgãos públicos pelo apoio e confiança com que distinguiram a nossa companhia durante todo o período pós privatização em geral e, periodicamente, em 2013. Agradecemos, em especial, aos nossos colaboradores pelo empenho, comprometimento, dedicação e esforço pessoal que tanto contribuíram para o crescimento da Oi ao longo do ano.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	Nota	Controladora		Controlada		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Controlada	
		2012	2013	2012	2013			2012	2013	2012	2013
Circulantes						Circulantes					
Caixa e equivalentes de caixa	9	747.323	1.141.393	1.310.874	1.819.833	Salários, encargos sociais e benefícios		288.471	347.481	453.466	453.345
Aplicações financeiras	9	86.666	841.062	367.529	1.029.791	Fornecedores		2.006.417	1.972.972	3.827.416	3.140.304
Instrumentos financeiros derivativos	18	86.442	148.909	86.442	148.909	Empréstimos e financiamentos	17	944.268	992.879	1.808.074	1.156.446
Contas a receber	10	3.832.095	3.016.535	5.003.726	5.014.073	Instrumentos financeiros derivativos	18	100.319	115.150	100.319	115.150
Empréstimos		84.237	90.855	406.355	363.347	Tributos correntes e a receber	11	23.897	35.168	324.806	809.001
Tributos correntes a recuperar	11	271.194	387.297	797.500	1.254.623	Outros tributos	12	204.038	540.804	805.205	807.511
Outros tributos	12	395.698	496.357	897.154	743.114	Dividendos e juros sobre o capital próprio	23	653.075	381.090	684.781	351.508
Despesas e juros sobre o capital próprio	25	940.813	879.037			Autorizações e concessões a pagar	19		67.842	457.178	784.202
Depósitos e depósitos judiciais	13	204.803	252.635	245.658	295.832	Programa de refinanciamento fiscal	20	43.074	45.452	47.464	46.752
Ativo relacionado aos fundos de pensão	25			809		Provisões para fundos de pensão	24				
Demais ativos		736.678	453.713	1.307.623	713.282	Provisões	21	361.663	353.821	453.732	405.324
		7.387.007	7.184.813	11.929.860	11.388.724	Demais obrigações	22	150.910	322.587	1.028.597	916.007
Não circulantes						Não circulantes					
Aplicações financeiras	9	1.527		82.247	44.807	Empréstimos e financiamentos	17	9.870.111	10.362.696	12.505.117	10.823.508
Instrumentos financeiros derivativos	18	518.482	102.706	518.482	102.706	Instrumentos financeiros derivativos	18	63.275	79.421	63.275	79.421
Ativo financeiro disponível para venda	3.1 (1)	914.216	905.829	914.216	905.829	Outros tributos	12	650.238	1.343.908	1.137.394	1.813.955
Créditos com partes relacionadas	26	1.101.817	895.057	2.089.788	5.469.485	Autorizações e concessões a pagar	19		1.027.234	602.071	602.071
Tributos diferidos a recuperar	12	2.087.018	2.073.565	3.658.003	3.000.555	Programa de refinanciamento fiscal	20	459.532	450.822	502.936	459.025
Outros tributos	11	431.961	329.266	644.845	457.511	Provisões para fundos de pensão	24				
Depósitos e depósitos judiciais	13	3.305.102	3.202.728	3.082.015	3.602.052	Provisões	21	1.378.529	1.750.719	1.731.332	1.818.097
Ativo relacionado aos fundos de pensão	24			1.809		Demais obrigações	22	1.421.018	142.871	1.514.519	274.221
Demais ativos		242.279	242.739	643.077	309.795	Patrimônio líquido	23	13.742.704	14.150.234	18.482.091	16.671.198
Investimentos	14	9.302.120	13.456.206	158.147	163.058	Capital social		11.651.092	11.628.775	11.651.092	11.628.775
Imobilizado	15	11.296.004	10.430.061	19.438.200	18.771.400	Reservas de capital		1.967.417	1.687.530	1.687.417	1.687.530
Intangível	16	871.672	584.064	3.859.497	3.112.571	Reservas de lucro		5.886.128	7.379.624	5.886.128	7.379.624
		30.472.098	32.842.147	53.993.190	53.948.368	Agio em transações de capital e variações de percentagem de participações		(90.980)	(90.980)	(90.980)	(90.980)
Total do ativo		37.859.106	40.026.660	65.914.050	68.338.092	Ajuste de avaliação patrimonial		8.712	26.622	8.712	26.622
						Total do patrimônio líquido		19.133.389	20.611.871	19.133.389	20.611.871
						Total do passivo e patrimônio líquido		37.859.106	40.026.660	65.914.050	68.338.092

As notas explicativas de administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota	Controladora		Controlada	
	2012	2013	2012	2013
Receitas de vendas e serviços	4	12.000.440	11.554.372	23.543.138
Custo dos bens e serviços vendidos	5	(8.495.237)	(8.728.170)	(13.817.062)
Lucro bruto		3.505.203	2.826.202	9.726.076
Receitas (despesas) operacionais				
Resultado da aquisição patrimonial	14	740.419	2.448.929	(17.740)
Despesas com vendas	3	(2.103.741)	(1.975.126)	(4.603.343)
Despesas gerais e administrativas	5	(1.136.268)	(1.290.458)	(2.300.808)
Outras receitas operacionais	6	702.740	779.039	1.277.399
Outras despesas operacionais	6	(985.814)	(1.007.746)	(1.754.407)
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos		2.696.484	(1.117.782)	7.889.883
Receitas financeiras	7	1.496.719	2.108.440	2.131.281
Despesas financeiras	7	754.553	773.234	1.084.025
Resultado financeiro	7	(1.453.690)	(1.010.717)	(2.038.039)
Lucro antes das tributações		688.043	(682.423)	(694.806)
Imposto de renda e contribuição social		605.578	1.281.057	1.187.257
Corrente	8	(48.402)	(7.117)	(334.801)
Diferido	8	914	309.817	(81.326)
Lucro líquido do exercício		(48.646)	302.700	(296.137)
Lucro líquido atribuído aos controladores		781.130	1.584.657	781.130
Lucro (prejuízo) atribuído aos não controladores		781.130	1.584.657	1.584.657
Lucro líquido e diluído por ação (ordinária e preferencial) (R\$)	73(g)	2,21	4,56	2,21

As notas explicativas de administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota	Controladora		Controlada	
	2012	2013	2012	2013
Lucro líquido do exercício		761.130	1.584.657	761.130
Perda de contabilidade de "hedged"		(20.105)	(25.970)	(20.105)
Ganho estatual reflexo		2.195		2.195
Total do resultado abrangente do exercício		743.220	1.538.687	743.220
Resultado abrangente atribuído ao controlador		743.220	1.538.687	743.220
Resultado abrangente atribuído ao não controlador				(29.829)

Os itens na demonstração do resultado abrangente não apresentados líquidos de impostos.

As notas explicativas de administração são parte integrante das demonstrações financeiras

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS,
FERROVIÁRIOS E METROVIÁRIOS E DE RODOVIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIROouvidoria@agetransf.rj.gov.br
www.agetransf.rj.gov.br

Barcas, Metrô, Trem e Rodovias Estaduais Pedagiadas

OUVIDORIA
0800 285 9796

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A

Nire: 33300152580

Protocolo: 0020141532092 - 08/05/2014

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/05/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: BA3BDA117E385F96905D4F80EEA3FFDC72F219AA1EDABEE7F9F5F58EC0D3F8

Arquivamento: 00002820711 - 08/05/2014

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

TELEMAR NORTE LESTE S.A.

CNPJ 33.000.118/0001-79

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Atividade & participação das subsidiárias										Total do patrimônio líquido	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucro	Reserva de avaliação	Reserva de conversão	Reserva de incorporação	Reserva de distribuição	Reserva de juros	Reserva de juros	Reserva de juros		
Em 1 de janeiro de 2012	11.024.400	1.876.327	671.148	1.210.302	3.207	127.221	107.436	6.883.714	28.887	1.000.422	882.204.480	8.007.874
Adição de ações	3.205											
Plano de opções de ações												
Encargamento de plano de opção de ações												
Reorganização Societária												
Realização de reserva especial												
Lucro líquido do exercício												
Dividendo de participação de investidores externos												
Aquisição de ações de minoritários												
Destinação do lucro												
Reserva legal												
Reserva de lucros fiscais												
Realização de reserva de capital												
Dividendo mínimo obrigatório												
Dividendo adicional processado												
Dividendo a juros sobre capital próprio												
Outros												
Em 31 de dezembro de 2012	11.024.400	1.876.327	671.148	1.210.302	3.207	127.221	107.436	6.883.714	28.887	1.000.422	882.204.480	8.007.874
Adição de ações												
Plano de opções de ações												
Encargamento de plano de opção de ações												
Reorganização Societária												
Realização de reserva especial												
Lucro líquido do exercício												
Dividendo de participação de investidores externos												
Aquisição de ações de minoritários												
Destinação do lucro												
Reserva legal												
Reserva de lucros fiscais												
Realização de reserva de capital												
Dividendo mínimo obrigatório												
Dividendo adicional processado												
Dividendo a juros sobre capital próprio												
Outros												
Em 31 de dezembro de 2013	11.024.400	1.876.327	671.148	1.210.302	3.207	127.221	107.436	6.883.714	28.887	1.000.422	882.204.480	8.007.874

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FISCIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012		2013	2012	2013	2012
Atividades operacionais					Atividades de financiamento				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	806.678	1.281.967	1.167.297	2.004.798	Captações líquidas de outros	2.218.708	2.332.811	1.274.135	4.624.670
Item de resultado que não afetam o caixa					Pagamentos de principal de empréstimos, financiamentos, devedores e leasing				
Encargos, rendimentos financeiros e avaliações monetárias	1.061.135	683.937	1.300.148	960.474	Caixa e equivalentes de caixa ajustados por incorporação	(1.830.715)	(1.873.721)	(1.708.347)	(1.888.329)
Depreciação e amortização	1.448.506	1.317.063	3.418.245	2.983.815	Caixa devido na Reorganização Societária				
Perdas sobre contas a receber	196.008	178.143	273.800	224.176	Autorizações e concessões	(97.842)		(524.222)	(164.778)
Provisões	149.824	166.776	273.800	224.176	Programa de refinanciamento fiscal	(118.865)	(118.865)	(120.843)	(126.065)
Provisão para fundos de pensão					Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(400.910)	(347.150)	(408.202)	(348.039)
Equivalência patrimonial	(740.416)	(2.448.820)	17.750	15.548	Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(228.372)	68.430	(1.847.477)	(6.808.762)
Perda na venda de ativo permanente					Fluxo de caixa de operações	52.560	13.542	84.630	(123.167)
Taxa de Provisão do Contrato de Concessão - ANATEL	81.204	87.642	61.204	94.873	Caixa e equivalentes de caixa	(394.870)	(1.904.880)	91.241	(8.064.001)
Participação de empregados e administradores	(48.390)	191.203	(54.030)	204.272	Saldo final	747.223	1.141.393	1.810.874	1.810.833
Operações de instrumentos financeiros derivativos	(248.790)	337.879	(249.790)	295.872	Saldo inicial	1.141.393	3.045.943	1.810.833	1.773.634
Avaliação monetária de créditos com partes relacionadas e debêntures privadas	(94.121)	(110.229)	(190.704)	(482.441)	Variação no exercício	(394.670)	(1.904.880)	91.241	(8.064.001)
Avaliação monetária do programa de refinanciamento fiscal	180.020	184.844	177.878	221.185					
Apropriação de despesas antecipadas	38.008	44.778	40.834	63.181	Atividades de investimento				
Dividendos prorrogação	(40)	(25.843)	(40)	(25.800)	Caixa e equivalentes de caixa				
Outros	(200.804)	(27.350)	(201.716)	(124.474)	Aplicações financeiras				
	2.818.787	2.878.493	8.488.297	8.088.293	Contas a receber				
Mutações patrimoniais					Investimentos				
Contas a receber	313.652	(436.137)	242.272	(1.302.872)	Intangível				
Estoque	6.718	(40.207)	(41.343)	(190.684)	Empreendimentos e financiamentos				
Títulos	(791.787)	250.274	(900.803)	261.731	Empreendimentos com empresas ligadas				
Aplicações financeiras mantidas para negociação	(1.833.430)	(4.709.841)	(4.907.120)	(6.876.450)	Provisões				
Resgate de aplicações financeiras mantidas para negociação	2.421.420	6.320.272	5.035.118	7.152.719	Demais ativos e passivos				
Valores a receber					Aumento de capital por Reorganização Societária				
Despesas antecipadas	(420.400)	(325.253)	(1.730.132)	(260.811)	(b) Reorganização Societária 2012				
Fornecedores	261.231	115.835	418.264	684.278	De emissão de ações				
Salários, encargos sociais e benefícios	(30.615)	5.867	(16.317)	(7.894)	De incorporação THCP				
Provisões	(415.189)	(311.155)	(535.703)	(511.703)	De efeitos no patrimônio líquido da Companhia decorrentes da Reorganização Societária realizada em 27 de fevereiro de 2012, conforme divulgado na Nota 1, estão resumidos abaixo:				
Provisão para fundos de pensão					Caixa e equivalentes de caixa				
Outras contas a receber e passivos	(54.065)	141.190	(204.181)	683.869	Investimentos				
Encargos financeiros pagos	(143.371)	(67.812)	(1.890.483)	(2.078.882)	Intangível				
Imposto de renda e contribuição social pagos - Empresa	(763.815)	(621.324)	(930.980)	(863.259)	Depositos e bloqueios judiciais				
Imposto de renda e contribuição social pagos - Terceiros					Empréstimos e financiamentos				
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	(171.032)	(149.532)	(225.931)	(245.273)	Tributos a receber				
	571.153	589.879	64.584	80.087	Provisões				
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(363.894)	(170.877)	(1.434.387)	(1.890.360)	Outros ativos e passivos				
Atividades de investimento	1.978.712	2.337.003	6.144.507	4.118.242	Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(2.547.065)	(2.782.488)	(4.844.685)	(4.809.932)	Caixa e equivalentes de caixa				
Créditos com partes relacionadas - Liberação	(728.260)	(2.842.246)	(491.607)	(2.882.020)	Aplicações financeiras				
Créditos com partes relacionadas - Resgate	498.187	1.837.730	428.129	1.725.831	Tributos devidos e a recuperar				
Resgate de créditos e bloqueios judiciais	212.218	168.887	213.864	315.119	Dividendos				
Resgate de créditos e bloqueios judiciais	(790.872)	(813.238)	(418.278)	(1.131.913)	Tributos e receber e diferidos				
Ativo financeiro disponível para venda	251.064	333.544	292.046	412.000	Transações com partes relacionadas				
Fluxo de caixa decorrente da aquisição de controle de controladas					Outros ativos e passivos				
Aquisição de ações minoritárias					Efeitos de incorporação no patrimônio líquido				
Aumento/redução dos investimentos permanentes	(87.800)	(18.428)	(11.828)	(34.625)					
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(2.181.000)	(4.303.823)	(3.830.328)	(8.820.334)					

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A

Nire: 33300152580

Protocolo: 0020141532092 - 08/05/2014

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/05/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: BA3BDA117E385F96905D4F80EEA3FFDC7F2F219AA1EDABEE7F9F5F58EC0D3F8

Arquivamento: 00002820711 - 08/05/2014

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A.

CNPJ 33.000.118/0001-70

De acordo com a apresentação das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2012 seguem demonstrados nos quadros abaixo:

	Balões originalmente apresentados em 31/12/2012	Investimento controlado em controlado (R)	Balões ajustados em 31/12/2012
Ativo Circulante	11.306.541	(8.817)	11.315.358
Contas a receber de caixa	1.824.814	(1.824)	1.826.638
Aplicações financeiras	1.029.791		1.029.791
Instrumentos financeiros derivativos	148.009		148.009
Contas a receber	5.010.037	(964)	5.011.001
Estoque	303.347		303.347
Outros créditos a recuperar	1.254.977	(54)	1.254.923
Outros tributos	509.252		509.252
Depósitos e bloqueios judiciais	714.200	(518)	713.682
Débitos e créditos	33.947.783	606	33.948.389
Ativo não circulante	44.007		44.007
Aplicações financeiras	102.709		102.709
Instrumentos financeiros derivativos	905.629		905.629
Ativo financeiro disponível para venda	5.440.485		5.440.485
Créditos com partes relacionadas	3.002.265	(1.710)	3.000.555
Tributos diferidos a recuperar	457.811		457.811
Outros tributos	3.003.158	(206)	3.002.952
Débitos e créditos judiciais	357.693	(47.799)	309.894
Investimentos	85.006	90.392	175.398
Imobilizado	10.776.432	(5.263)	10.771.169
Intangível	3.151.171	(41.600)	3.109.571
Ativo total	48.344.304	(8.212)	48.336.092
Passivo Circulante	4.644.572	(3.317)	4.641.255
Salários, encargos sociais e benefícios	3.141.218	(914)	3.140.304
Fornecedores	1.130.440		1.130.440
Instrumentos financeiros derivativos	118.150		118.150
Tributos diferidos a recuperar	609.001		609.001
Outros tributos	807.744	(233)	807.511
Dívidas e juros sobre o capital próprio	381.008		381.008
Autorizações e concessões a pagar	784.292		784.292
Programa de refinanciamento fiscal	48.762		48.762
Provisões	405.234		405.234
Débitos e créditos	917.236	(1.130)	916.106
Passivo não circulante	15.874.083	(3.889)	15.870.194
Emprestimos e financiamentos	10.825.506		10.825.506
Instrumentos financeiros derivativos	1.613.956		1.613.956
Tributos diferidos a recuperar	902.071		902.071
Outros tributos	430.025		430.025
Autorizações e concessões a pagar	1.617.809	(902)	1.616.907
Programa de refinanciamento fiscal	278.124	(1.933)	276.191
Provisões	30.811.871		30.811.871
Perfomendo líquido	11.828.773		11.828.773
Capital social	1.667.520		1.667.520
Reservas de capital	7.379.224		7.379.224
Reservas de lucros			
Ativo em transição de capital e variações de	(90.980)		(90.980)
participações	28.622		28.622
Ajuste de avaliação patrimonial	48.344.304	(8.212)	48.336.092
Passivo total			

Condição de lucro líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012:

	Balões originalmente apresentados em 31/12/2012	Investimento controlado em controlado (R)	Balões ajustados em 31/12/2012
Resultado de venda de bens e serviços	2.129.440	(9.927)	2.119.513
Custo de bens e serviços vendidos	(11.862.011)	2.895	(11.859.116)
Resultado bruto	3.277.429	(6.872)	3.270.557
Despesas/Receitas operacionais	(8.898.873)	6.020	(8.892.853)
Resultado de operações operacionais	(5.621.444)	(15.548)	(5.636.992)
Despesas com vendas	(2.208.346)	6.276	(2.202.070)
Despesas com administração	(1.261.042)	(23)	(1.261.065)
Outras despesas operacionais	(2.152.056)	50	(2.151.956)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	(1.588.101)	7.431	(1.580.670)
Resultado financeiro	2.650.100		2.650.100
Despesas financeiras	(354.629)	(277)	(354.906)
Resultado financeiro líquido	1.375.471	(307)	1.375.164
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(1.375.471)	(1.220)	(1.376.691)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(336.186)	1.361	(334.825)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	7.379.224	(331)	7.378.893
Lucro consolidado do exercício	1.564.687		1.564.687
Atribuição a ações de empresas controladas	(29.829)		(29.829)
Atribuição a ações não controladas			
Condição dos lucros de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012:			

	Balões originalmente apresentados em 31/12/2012	Investimento controlado em controlado (R)	Balões ajustados em 31/12/2012
Fluxo de caixa	4.006.477	51.763	4.118.242
Atividades operacionais	(5.543.628)	(50.846)	(5.594.474)
Atividades de investimento	(3.225.752)		(3.225.752)
(7) Negociação em conjunto			

O CPC 19 (R2) trata a possibilidade de opção de concessão proporcional dos empreendedores controlados em conjunto. A partir da adoção do novo pronunciamento os empreendedores controlados em conjunto passaram a ser avaliados exclusivamente pelo método de equivalência patrimonial. A Companhia possui participações em empreendedores controlados em conjunto nas empresas Paggo Soluções e Melas de Pagamento S.A. e Companhia AX de Participações.

(8) Principais políticas contábeis

Críticas de consolidação das demonstrações pelo método integral

A consolidação integral foi elaborada de acordo com o IFRS 10/CPC 26 (R2) - Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações contábeis das controladas diretas e indiretas da Companhia. Os princípios contábeis de consolidação são:

a) soma dos ativos das controladas com o ativo da Companhia, bem como as receitas e despesas consolidadas, entre as empresas consolidadas;

b) eliminação das receitas e despesas das controladas com o ativo da Companhia, bem como as receitas e despesas consolidadas, entre as empresas consolidadas;

c) eliminação das receitas e despesas das controladas com o ativo da Companhia, bem como as receitas e despesas consolidadas, entre as empresas consolidadas;

d) eliminação das receitas e despesas das controladas com o ativo da Companhia, bem como as receitas e despesas consolidadas, entre as empresas consolidadas;

e) eliminação das receitas e despesas das controladas com o ativo da Companhia, bem como as receitas e despesas consolidadas, entre as empresas consolidadas;

f) eliminação das receitas e despesas das controladas com o ativo da Companhia, bem como as receitas e despesas consolidadas, entre as empresas consolidadas;

g) eliminação das receitas e despesas das controladas com o ativo da Companhia, bem como as receitas e despesas consolidadas, entre as empresas consolidadas;

h) eliminação das receitas e despesas das controladas com o ativo da Companhia, bem como as receitas e despesas consolidadas, entre as empresas consolidadas;

i) eliminação das receitas e despesas das controladas com o ativo da Companhia, bem como as receitas e despesas consolidadas, entre as empresas consolidadas;

j) eliminação das receitas e despesas das controladas com o ativo da Companhia, bem como as receitas e despesas consolidadas, entre as empresas consolidadas;

k) eliminação das receitas e despesas das controladas com o ativo da Companhia, bem como as receitas e despesas consolidadas, entre as empresas consolidadas;

l) eliminação das receitas e despesas das controladas com o ativo da Companhia, bem como as receitas e despesas consolidadas, entre as empresas consolidadas;

m) eliminação das receitas e despesas das controladas com o ativo da Companhia, bem como as receitas e despesas consolidadas, entre as empresas consolidadas;

n) eliminação das receitas e despesas das controladas com o ativo da Companhia, bem como as receitas e despesas consolidadas, entre as empresas consolidadas;

o) eliminação das receitas e despesas das controladas com o ativo da Companhia, bem como as receitas e despesas consolidadas, entre as empresas consolidadas;

p) eliminação das receitas e despesas das controladas com o ativo da Companhia, bem como as receitas e despesas consolidadas, entre as empresas consolidadas;

q) eliminação das receitas e despesas das controladas com o ativo da Companhia, bem como as receitas e despesas consolidadas, entre as empresas consolidadas;

r) eliminação das receitas e despesas das controladas com o ativo da Companhia, bem como as receitas e despesas consolidadas, entre as empresas consolidadas;

s) eliminação das receitas e despesas das controladas com o ativo da Companhia, bem como as receitas e despesas consolidadas, entre as empresas consolidadas;

t) eliminação das receitas e despesas das controladas com o ativo da Companhia, bem como as receitas e despesas consolidadas, entre as empresas consolidadas;

u) eliminação das receitas e despesas das controladas com o ativo da Companhia, bem como as receitas e despesas consolidadas, entre as empresas consolidadas;

v) eliminação das receitas e despesas das controladas com o ativo da Companhia, bem como as receitas e despesas consolidadas, entre as empresas consolidadas;

w) eliminação das receitas e despesas das controladas com o ativo da Companhia, bem como as receitas e despesas consolidadas, entre as empresas consolidadas;

Empresas do grupo

A Companhia possui investimentos em empresas com sede no exterior, nenhuma das quais utiliza uma moeda funcional diferente do Real (R\$).

Itens não monetários indexados a moeda estrangeira

A Companhia e suas controladas não possuem itens não monetários indexados a moeda estrangeira (dividas de moeda funcional e de apuração), em razão das controladas no exterior representarem e estando das operações de suas controladas brasileiras.

Combinação de negócios

A Companhia optou por adotar o método de reconhecimento das combinações de negócios contábeis de acordo com o CPC 19 (R2) e CPC 26 (R2), de acordo com o IFRS 1 e CPC 27, sendo assim as operações pagas através de transações de combinação de negócios contábeis de acordo com o IFRS 1 e CPC 27.

Para os casos em que o fundamento tenha sido a aquisição de ativos adquiridos, a Companhia procede a depreciação com base nas vidas úteis e caso haja evidência de perdas no valor recuperável a Companhia efetua os testes para avaliar e estimar a redução do valor recuperável dos ativos e, para os casos em que o fundamento seja a rentabilidade econômica futura ("goodwill"), a Companhia testa anualmente o valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Este grupo é representado pelos saldos de numerários em espécie no caixa e em fundo fixo, contas bancárias e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses), prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, sendo demonstrados pelo valor justo nas datas de encerramento dos exercícios apresentados e não superam o valor de mercado, cuja classificação é determinada conforme abaixo.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são classificadas de acordo com a sua finalidade em: (i) mantidas para negociação; (ii) mantidas até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda.

As aplicações mantidas para negociação são avaliadas pelo seu valor justo, com seus efeitos reconhecidos em resultado. As aplicações mantidas até o vencimento são mensuradas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos acumulados, menos as provisões para perdas no valor provável de realização, quando aplicável, com seus efeitos reconhecidos no resultado. As aplicações disponíveis para venda são avaliadas pelo valor justo, com seus ganhos e perdas não realizados reconhecidos em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

Contas a receber

As contas a receber decorrentes de serviços prestados de telecomunicações estão avaliadas pelo valor justo, com seus ganhos e perdas não realizados reconhecidos em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

Essas contas a receber também incluem os serviços prestados a clientes não lucrativos até a data de encerramento dos exercícios, bem como as contas a receber relacionadas às vendas de aparelhos celulares, "bônus" e assistência técnica. A estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa é construída em montante considerável suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor de estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa é elaborado com base em histórico de inadimplência.

Estoque

Os estoques estão registrados e classificados conforme disposição abaixo:

Estoque de materiais de manutenção, classificados no ativo circulante conforme seu grau de utilização, são demonstrados pelo custo médio de aquisição, o qual não excedem o custo de reposição.

Estoque para expansão, classificado no ativo imobilizado, é demonstrado pelo custo médio de aquisição, a ser aplicado no empreendimento de planta de expansão.

Estoque de materiais de revenda, classificados no ativo circulante, são avaliados pelo custo médio de aquisição, bem como as contas a receber relacionadas às vendas de aparelhos celulares e acessórios. Para os aparelhos celulares e acessórios, são registrados ajustes ao provável valor de realização para os casos em que as aquisições são realizadas a preços superiores ao de venda. Para os estoques de materiais são registrados as perdas ao valor recuperável.

Ativo financeiro disponível para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como (a) empréstimos e contas a receber, (b) investimentos em títulos de curto prazo, (c) instrumentos financeiros de longo prazo, (d) instrumentos financeiros de longo prazo, (e) instrumentos financeiros de longo prazo, (f) instrumentos financeiros de longo prazo, (g) instrumentos financeiros de longo prazo, (h) instrumentos financeiros de longo prazo, (i) instrumentos financeiros de longo prazo, (j) instrumentos financeiros de longo prazo, (k) instrumentos financeiros de longo prazo, (l) instrumentos financeiros de longo prazo, (m) instrumentos financeiros de longo prazo, (n) instrumentos financeiros de longo prazo, (o) instrumentos financeiros de longo prazo, (p) instrumentos financeiros de longo prazo, (q) instrumentos financeiros de longo prazo, (r) instrumentos financeiros de longo prazo, (s) instrumentos financeiros de longo prazo, (t) instrumentos financeiros de longo prazo, (u) instrumentos financeiros de longo prazo, (v) instrumentos financeiros de longo prazo, (w) instrumentos financeiros de longo prazo, (x) instrumentos financeiros de longo prazo, (y) instrumentos financeiros de longo prazo, (z) instrumentos financeiros de longo prazo.

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como (a) empréstimos e contas a receber, (b) investimentos em títulos de curto prazo, (c) instrumentos financeiros de longo prazo, (d) instrumentos financeiros de longo prazo, (e) instrumentos financeiros de longo prazo, (f) instrumentos financeiros de longo prazo, (g) instrumentos financeiros de longo prazo, (h) instrumentos financeiros de longo prazo, (i) instrumentos financeiros de longo prazo, (j) instrumentos financeiros de longo prazo, (k) instrumentos financeiros de longo prazo, (l) instrumentos financeiros de longo prazo, (m) instrumentos financeiros de longo prazo, (n) instrumentos financeiros de longo prazo, (o) instrumentos financeiros de longo prazo, (p) instrumentos financeiros de longo prazo, (q) instrumentos financeiros de longo prazo, (r) instrumentos financeiros de longo prazo, (s) instrumentos financeiros de longo prazo, (t) instrumentos financeiros de longo prazo, (u) instrumentos financeiros de longo prazo, (v) instrumentos financeiros de longo prazo, (w) instrumentos financeiros de longo prazo, (x) instrumentos financeiros de longo prazo, (y) instrumentos financeiros de longo prazo, (z) instrumentos financeiros de longo prazo.

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como (a) empréstimos e contas a receber, (b) investimentos em títulos de curto prazo, (c) instrumentos financeiros de longo prazo, (d) instrumentos financeiros de longo prazo, (e) instrumentos financeiros de longo prazo, (f) instrumentos financeiros de longo prazo, (g) instrumentos financeiros de longo prazo, (h) instrumentos financeiros de longo prazo, (i) instrumentos financeiros de longo prazo, (j) instrumentos financeiros de longo prazo, (k) instrumentos financeiros de longo prazo, (l) instrumentos financeiros de longo prazo, (m) instrumentos financeiros de longo prazo, (n) instrumentos financeiros de longo prazo, (o) instrumentos financeiros de longo prazo, (p) instrumentos financeiros de longo prazo, (q) instrumentos financeiros de longo prazo, (r) instrumentos financeiros de longo prazo, (s) instrumentos financeiros de longo prazo, (t) instrumentos financeiros de longo prazo, (u) instrumentos financeiros de longo prazo, (v) instrumentos financeiros de longo prazo, (w) instrumentos financeiros de longo prazo, (x) instrumentos financeiros de longo prazo, (y) instrumentos financeiros de longo prazo, (z) instrumentos financeiros de longo prazo.

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como (a) empréstimos e contas a receber, (b) investimentos em títulos de curto prazo, (c) instrumentos financeiros de longo prazo, (d) instrumentos financeiros de longo prazo, (e) instrumentos financeiros de longo prazo, (f) instrumentos financeiros de longo prazo, (g) instrumentos financeiros de longo prazo, (h) instrumentos financeiros de longo prazo, (i) instrumentos financeiros de longo prazo, (j) instrumentos financeiros de longo prazo, (k) instrumentos financeiros de longo prazo, (l) instrumentos financeiros de longo prazo, (m) instrumentos financeiros de longo prazo, (n) instrumentos financeiros de longo prazo, (o) instrumentos financeiros de longo prazo, (p) instrumentos financeiros de longo prazo, (q) instrumentos financeiros de longo prazo, (r) instrumentos financeiros de longo prazo, (s) instrumentos financeiros de longo prazo, (t) instrumentos financeiros de longo prazo, (u) instrumentos financeiros de longo prazo, (v) instrumentos financeiros de longo prazo, (w) instrumentos financeiros de longo prazo, (x) instrumentos financeiros de longo prazo, (y) instrumentos financeiros de longo prazo, (z) instrumentos financeiros de longo prazo.

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como (a) empréstimos e contas a receber, (b) investimentos em títulos de curto prazo, (c) instrumentos financeiros de longo prazo, (d) instrumentos financeiros de longo prazo, (e) instrumentos financeiros de longo prazo, (f) instrumentos financeiros de longo prazo, (g) instrumentos financeiros de longo prazo, (h) instrumentos financeiros de longo prazo, (i) instrumentos financeiros de longo prazo, (j) instrumentos financeiros de longo prazo, (k) instrumentos financeiros de longo prazo, (l) instrumentos financeiros de longo prazo, (m) instrumentos financeiros de longo prazo, (n) instrumentos financeiros de longo prazo, (o) instrumentos financeiros de longo prazo, (p) instrumentos financeiros de longo prazo, (q) instrumentos financeiros de longo prazo, (r) instrumentos financeiros de longo prazo, (s) instrumentos financeiros de longo prazo, (t) instrumentos financeiros de longo prazo, (u) instrumentos financeiros de longo prazo, (v) instrumentos financeiros de longo prazo, (w) instrumentos financeiros de longo prazo, (x) instrumentos financeiros de longo prazo, (y) instrumentos financeiros de longo prazo, (z) instrumentos financeiros de longo prazo.

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como (a) empréstimos e contas a receber, (b) investimentos em títulos de curto prazo, (c) instrumentos financeiros de longo prazo, (d) instrumentos financeiros de longo prazo, (e) instrumentos financeiros de longo prazo, (f) instrumentos financeiros de longo prazo, (g) instrumentos financeiros de longo prazo, (h) instrumentos financeiros de longo prazo, (i) instrumentos financeiros de longo prazo, (j) instrumentos financeiros de longo prazo, (k) instrumentos financeiros de longo prazo, (l) instrumentos financeiros de longo prazo, (m) instrumentos financeiros de longo prazo, (n) instrumentos financeiros de longo prazo, (o) instrumentos financeiros de longo prazo, (p) instrumentos financeiros de longo prazo, (q) instrumentos financeiros de longo prazo, (r) instrumentos financeiros de longo prazo, (s) instrumentos financeiros de longo prazo, (t) instrumentos financeiros de longo prazo, (u) instrumentos financeiros de longo prazo, (v) instrumentos financeiros de longo prazo, (w) instrumentos financeiros de longo prazo, (x) instrumentos financeiros de longo prazo, (y) instrumentos financeiros de longo prazo, (z) instrumentos financeiros de longo prazo.

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como (a) empréstimos e contas a receber, (b) investimentos em títulos de curto prazo, (c) instrumentos financeiros de longo prazo, (d) instrumentos financeiros de longo prazo, (e) instrumentos financeiros de longo prazo, (f) instrumentos financeiros de longo prazo, (g) instrumentos financeiros de longo prazo, (h) instrumentos financeiros de longo prazo, (i) instrumentos financeiros de longo prazo, (j) instrumentos financeiros de longo prazo, (k) instrumentos financeiros de longo prazo, (l) instrumentos financeiros de longo prazo, (m) instrumentos financeiros de longo prazo, (n) instrumentos financeiros de longo prazo, (o) instrumentos financeiros de longo prazo, (p) instrumentos financeiros de longo prazo, (q) instrumentos financeiros de longo prazo, (r) instrumentos financeiros de longo prazo, (s) instrumentos financeiros de longo prazo, (t) instrumentos financeiros de longo prazo, (u) instrumentos financeiros de longo prazo, (v) instrumentos financeiros de longo prazo, (w) instrumentos financeiros de longo prazo, (x) instrumentos financeiros de longo prazo, (y) instrumentos financeiros de longo prazo, (z) instrumentos financeiros de longo prazo.

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como (a) empréstimos e contas a receber, (b) investimentos em títulos de curto prazo, (c) instrumentos financeiros de longo prazo, (d) instrumentos financeiros de longo prazo, (e) instrumentos financeiros de longo prazo, (f) instrumentos financeiros de longo prazo, (g) instrumentos financeiros de longo prazo, (h) instrumentos financeiros de longo prazo, (i) instrumentos financeiros de longo prazo, (j) instrumentos financeiros de longo prazo, (k) instrumentos financeiros de longo prazo, (l) instrumentos financeiros de longo prazo, (m) instrumentos financeiros de longo prazo, (n) instrumentos financeiros de longo prazo, (o) instrumentos financeiros de longo prazo, (p) instrumentos financeiros de longo prazo, (q) instrumentos financeiros de longo prazo, (r) instrumentos financeiros de longo prazo, (s) instrumentos financeiros de longo prazo, (t) instrumentos financeiros de longo prazo, (u) instrumentos financeiros de longo prazo, (v) instrumentos financeiros de longo prazo, (w) instrumentos financeiros de longo prazo, (x) instrumentos financeiros de longo prazo, (y) instrumentos financeiros de longo prazo, (z) instrumentos financeiros de longo prazo.

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como (a) empréstimos e contas a receber, (b) investimentos em títulos de curto prazo, (c) instrumentos financeiros de longo prazo, (d) instrumentos financeiros de longo prazo, (e) instrumentos financeiros de longo prazo, (f) instrumentos financeiros de longo prazo, (g) instrumentos financeiros de longo prazo, (h) instrumentos financeiros de longo prazo, (i) instrumentos financeiros de longo prazo, (j) instrumentos financeiros de longo prazo, (k) instrumentos financeiros de longo prazo, (l) instrumentos financeiros de longo prazo, (m) instrumentos financeiros de longo prazo, (n) instrumentos financeiros de longo prazo, (o) instrumentos financeiros de longo prazo, (p) instrumentos financeiros de longo prazo, (q) instrumentos financeiros de longo prazo, (r) instrumentos financeiros de longo prazo, (s) instrumentos financeiros de longo prazo, (t) instrumentos financeiros de longo prazo, (u) instrumentos financeiros de longo prazo, (v) instrumentos financeiros de longo prazo, (w) instrumentos financeiros de longo prazo, (x) instrumentos financeiros de longo prazo, (y) instrumentos financeiros de longo prazo, (z) instrumentos financeiros de longo prazo.

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como (a) empréstimos e contas a receber, (b) investimentos em títulos de curto prazo, (c) instrumentos financeiros de longo prazo, (d) instrumentos financeiros de longo prazo, (e) instrumentos financeiros de longo prazo, (f) instrumentos financeiros de longo prazo, (g) instrumentos financeiros de longo prazo, (h) instrumentos financeiros de longo prazo, (i) instrumentos financeiros de longo prazo, (j) instrumentos financeiros de longo prazo, (k) instrumentos financeiros de longo prazo, (l) instrumentos financeiros de longo prazo, (m) instrumentos financeiros de longo prazo, (n) instrumentos financeiros de longo prazo, (o) instrumentos financeiros de longo prazo, (p) instrumentos financeiros de longo prazo, (q) instrumentos financeiros de longo prazo, (r) instrumentos financeiros de longo prazo, (s) instrumentos financeiros de longo prazo, (t) instrumentos financeiros de longo prazo, (u) instrumentos financeiros de longo prazo, (v) instrumentos financeiros de longo prazo, (w) instrumentos financeiros de longo prazo, (x) instrumentos financeiros de longo prazo, (y) instrumentos financeiros de longo prazo, (z) instrumentos financeiros de longo prazo.

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como (a) empréstimos e contas a receber, (b) investimentos em títulos de curto prazo, (c) instrumentos financeiros de longo prazo, (d) instrumentos financeiros de longo prazo, (e) instrumentos financeiros de longo prazo, (f) instrumentos financeiros de longo prazo, (g) instrumentos financeiros de longo prazo, (h) instrumentos financeiros de longo prazo, (i) instrumentos financeiros de longo prazo, (j) instrumentos financeiros de longo prazo, (k) instrumentos financeiros de longo prazo, (l) instrumentos financeiros de longo prazo, (m) instrumentos financeiros de longo prazo, (n) instrumentos financeiros de longo prazo, (o) instrumentos financeiros de longo prazo, (p) instrumentos financeiros de longo prazo, (q) instrumentos financeiros de longo prazo, (r) instrumentos financeiros de longo prazo, (s) instrumentos financeiros de longo prazo, (t) instrumentos financeiros de longo prazo, (u) instrumentos financeiros de longo prazo, (v) instrumentos financeiros de longo prazo, (w) instrumentos financeiros de longo prazo, (x) instrumentos financeiros de longo prazo, (y) instrumentos financeiros de longo prazo, (z) instrumentos financeiros de longo prazo.

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como (a) empréstimos e contas a receber, (b) investimentos em títulos de curto prazo, (c) instrumentos financeiros de longo prazo, (d) instrumentos financeiros de longo prazo, (e) instrumentos financeiros de longo prazo, (f) instrumentos financeiros de longo prazo, (g) instrumentos financeiros de longo prazo, (h) instrumentos financeiros de longo prazo, (i) instrumentos financeiros de longo prazo, (j) instrumentos financeiros de longo prazo, (k) instrumentos financeiros de longo prazo, (l) instrumentos financeiros de longo prazo, (m) instrumentos financeiros de longo prazo, (n) instrumentos financeiros de longo prazo, (o) instrumentos financeiros de longo prazo, (p) instrumentos financeiros de longo prazo, (q) instrumentos financeiros de longo prazo, (r) instrumentos financeiros de longo prazo, (s) instrumentos financeiros de longo prazo, (t) instrumentos financeiros de longo prazo, (u) instrumentos financeiros de longo prazo, (v) instrumentos financeiros de longo prazo, (w) instrumentos financeiros de longo prazo, (x) instrumentos financeiros de longo prazo, (y) instrumentos financeiros de longo prazo, (z) instrumentos financeiros de longo prazo.

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como (a) empréstimos e contas a receber, (b) investimentos em títulos de curto prazo, (c) instrumentos financeiros de longo prazo, (d) instrumentos financeiros de longo prazo, (e) instrumentos financeiros de longo prazo, (f) instrumentos financeiros de longo prazo, (g) instrumentos financeiros de longo prazo, (h) instrumentos financeiros de longo prazo, (i) instrumentos financeiros de longo prazo, (j) instrumentos financeiros de longo prazo, (k) instrumentos financeiros de longo prazo, (l) instrumentos financeiros de longo prazo, (m) instrumentos financeiros de longo prazo, (n) instrumentos financeiros de longo prazo, (o) instrumentos financeiros de longo prazo, (p) instrumentos financeiros de longo prazo, (q) instrumentos financeiros de longo prazo, (r) instrumentos financeiros de longo prazo, (s) instrumentos financeiros de longo prazo, (t) instrumentos financeiros de longo prazo, (u) instrumentos financeiros de longo prazo, (v) instrumentos financeiros de longo prazo, (w) instrumentos financeiros de longo prazo, (x) instrumentos financeiros de longo prazo, (y) instrumentos financeiros de longo prazo, (z) instrumentos financeiros de longo prazo.

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como (a) empréstimos e contas a receber, (b) investimentos em títulos de curto prazo, (c) instrumentos financeiros de longo prazo, (d) instrumentos financeiros de longo prazo, (e) instrumentos financeiros de longo prazo, (f) instrumentos financeiros de longo prazo, (g) instrumentos financeiros de longo prazo, (h) instrumentos financeiros de longo prazo, (i) instrumentos financeiros de longo prazo, (j) instrumentos financeiros de longo prazo, (k) instrumentos financeiros de longo prazo, (l) instrumentos financeiros de longo prazo, (m) instrumentos financeiros de longo prazo, (n) instrumentos financeiros de longo prazo, (o) instrumentos financeiros de longo prazo, (p) instrumentos financeiros de longo prazo, (q) instrumentos financeiros de longo prazo, (r) instrumentos financeiros de longo prazo, (s) instrumentos financeiros de longo prazo, (t) instrumentos financeiros de longo prazo, (u) instrumentos financeiros de longo prazo, (v) instrumentos financeiros de longo prazo, (w) instrumentos financeiros de longo prazo, (x) instrumentos financeiros de longo prazo, (y) instrumentos financeiros de longo prazo, (z) instrumentos financeiros de longo prazo.

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como (a) empréstimos e contas a receber, (b) investimentos em títulos de curto prazo, (c) instrumentos financeiros de longo prazo, (d) instrumentos financeiros de longo prazo, (e) instrumentos financeiros de longo prazo, (f) instrumentos financeiros de longo prazo, (g) instrumentos financeiros de longo prazo, (h) instrumentos financeiros de longo prazo, (i) instrumentos financeiros de longo prazo, (j) instrumentos financeiros de longo prazo, (k) instrumentos financeiros de longo prazo, (l) instrumentos financeiros de longo prazo, (m) instrumentos financeiros de longo prazo, (n) instrumentos financeiros de longo prazo, (o) instrumentos financeiros de longo prazo, (p) instrumentos financeiros de longo prazo, (q) instrumentos financeiros de longo prazo, (r) instrumentos financeiros de longo prazo, (s) instrumentos financeiros de longo prazo, (t) instrumentos financeiros de longo prazo, (u) instrumentos financeiros de longo prazo, (v) instrumentos financeiros de longo prazo, (w) instrumentos financeiros de longo prazo, (x) instrumentos financeiros de longo prazo, (y) instrumentos financeiros de longo prazo, (z) instrumentos financeiros de longo prazo.

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como (a) empréstimos e contas a receber, (b) investimentos em títulos de curto prazo, (c) instrumentos financeiros de longo prazo, (d) instrumentos financeiros de longo prazo, (e) instrumentos financeiros de longo prazo, (f) instrumentos financeiros de longo prazo, (g) instrumentos financeiros de longo prazo, (h) instrumentos financeiros de longo prazo, (i) instrumentos financeiros de longo prazo, (j) instrumentos financeiros de longo prazo, (k) instrumentos financeiros de longo prazo, (l) instrumentos financeiros de longo prazo, (m) instrumentos financeiros de longo prazo, (n) instrumentos financeiros de longo prazo, (o) instrumentos financeiros de longo prazo, (p) instrumentos financeiros de longo prazo, (q) instrumentos financeiros de longo prazo, (r) instrumentos financeiros de longo prazo, (s) instrumentos financeiros de longo prazo, (t) instrumentos financeiros de longo prazo, (u) instrumentos financeiros de longo prazo, (v) instrumentos financeiros de longo prazo, (w) instrumentos financeiros de longo prazo, (x) instrumentos financeiros de longo prazo, (y) instrumentos financeiros de longo prazo, (z) instrumentos financeiros de longo prazo.

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como (a) empréstimos e

CNPJ 33.000.118/0001-79

contrainte de "swap cross currency" US\$/R\$	7,8 - 9,3	24 992	(53 738)
	7,1 - 8,1	405 435	196 390

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

TELEMAR NORTE LESTE S.A.

CNPJ 33.000.118/0001-70

continuação

Derivativos não designados para cobertura de "hedging"
Contratados e Condições
Vencimento
Valor Nominal
2013
2012
Contratos de "swap cross currency" US\$R\$ 0,8 - 2,1 21.649 (4.254)
Contratos de "swap cross currency" R\$US\$ 2,1 (21.649) (18.571)
Contratos de "Non Deliverable Forward" US\$R\$ (NDF) < 1 ano 40.486 (7.105)
As operações de proteção cambial, contratadas junto às instituições financeiras com o objetivo de minimizar o risco cambial são principalmente:
Contratos de "cross currency swap" ("plain vanilla")
US\$R\$. Referem-se a operações de "swap" cambial para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em Dólar. Nestes contratos, a posição ativa é em Dólar e a posição passiva é em Real. O principal risco de perda na conta é devido a variações na taxa de câmbio do Dólar em relação ao Real. O principal risco de perda na conta é devido a variações na taxa de câmbio do Dólar em relação ao Real. O principal risco de perda na conta é devido a variações na taxa de câmbio do Dólar em relação ao Real.
US\$R\$. Referem-se a operações de "swap" cambial para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em Dólar. Nestes contratos, a posição ativa é em Dólar e a posição passiva é em Real. O principal risco de perda na conta é devido a variações na taxa de câmbio do Dólar em relação ao Real. O principal risco de perda na conta é devido a variações na taxa de câmbio do Dólar em relação ao Real. O principal risco de perda na conta é devido a variações na taxa de câmbio do Dólar em relação ao Real.
US\$R\$. Referem-se a operações de "swap" cambial para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em Dólar. Nestes contratos, a posição ativa é em Dólar e a posição passiva é em Real. O principal risco de perda na conta é devido a variações na taxa de câmbio do Dólar em relação ao Real. O principal risco de perda na conta é devido a variações na taxa de câmbio do Dólar em relação ao Real. O principal risco de perda na conta é devido a variações na taxa de câmbio do Dólar em relação ao Real.
Contratos de "NDF" ("Non Deliverable Forward")
US\$R\$. Referem-se a operações de "swap" cambial para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em Dólar. Nestes contratos, a posição ativa é em Dólar e a posição passiva é em Real. O principal risco de perda na conta é devido a variações na taxa de câmbio do Dólar em relação ao Real. O principal risco de perda na conta é devido a variações na taxa de câmbio do Dólar em relação ao Real. O principal risco de perda na conta é devido a variações na taxa de câmbio do Dólar em relação ao Real.
Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, foram registrados em resultado de operações de instrumentos financeiros derivativos os montantes apresentados abaixo (ver Nota 7):

	2013	2012	2013	2012
Ganho (perda) com "swap" cambial	290.073	(79.960)	285.073	(79.960)
Operações de termo em moedas	(20.541)	(251.120)	(20.541)	(175.822)
Total	269.532	(331.080)	264.532	(255.882)

E foram registrados em outros resultados abrangentes os montantes apresentados abaixo referentes aos "hedging" cambiais designados para fins de contabilidade de "hedging".

Quanto do montante das alterações de contabilidade de "hedging" em outros resultados abrangentes

	2013	2012
Saldo Inicial	27.036	27.036
Resultado dos "hedging" designados	(32.102)	(32.102)
Transferência de porção inativa ao resultado	(370)	(370)
Amortização dos "hedging" ao resultado pela taxa efetiva	1.214	1.214
Tributos diferidos sobre contabilidade de "hedging"	10.629	10.629
Saldo final	6.408	6.408

a) Análise de sensibilidade do risco cambial
Na data do encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Administração estimou o impacto da desvalorização do Real frente a outras moedas no encerramento do exercício. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas de fechamento de dezembro de 2013. As taxas prováveis foram então desvalorizadas em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente, como apresentado a seguir:

Descrição

	2013	2012
Câmbio Provável	2.3426	0%
Câmbio Possível	3.2266	0%
Câmbio Remoto	2.8283	25%
Câmbio Provável	4.0331	25%
Câmbio Remoto	3.5129	50%
Câmbio Provável	4.0398	50%

Em 31 de dezembro de 2013, a Administração estimou o fluxo futuro de pagamentos de juros e principal de suas dívidas vinculadas e taxas de câmbio com base nas taxas de juros vigentes na data de encerramento do exercício e nos efeitos de impacto cambial, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados na tabela a seguir:

	2013	2012
Dívidas em Dólar	4.354.439	5.443.299
Derivativos (Posição Líquida - USD)	(3.928.410)	(4.810.813)
Calas em Dólar	(352.017)	(440.021)
Calas em Euro	(400)	(504)
Total vinculado a taxas de câmbio	73.609	82.961

	2013	2012
Dívidas em Dólar	4.354.439	5.443.299
Derivativos (Posição Líquida - USD)	(3.928.410)	(4.810.813)
Calas em Dólar	(352.017)	(440.021)
Calas em Euro	(400)	(504)
Total vinculado a taxas de câmbio	73.609	82.961

(b) Risco de taxa de juros
A Companhia possui empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros flutuantes com base na T.J.P. no CDI, no caso das dívidas expressas em Real, e LIBOR no caso das dívidas expressas em Dólar. Em 31 de dezembro de 2013, aproximadamente 80,2% (2012 - 81,2%) das dívidas consolidadas, excluindo o saldo de ajuste proveniente das operações de derivativos, estava sujeita a taxas de juros flutuantes. Após as operações de derivativos, cerca de 67,2% (2012 - 67,2%) das dívidas consolidadas estão sujeitas a taxas de juros flutuantes. A posição mais relevante a taxa de juros para o encerramento da Companhia e suas controladas, após as operações de derivativos, é o CDI. Portanto, uma elevação ou redução da taxa de juros impactaria negativamente os pagamentos futuros de juros e ajustes de "hedging". Porém, como o efeito da Companhia e de suas controladas está aplicado principalmente em ajuste à variação do CDI, a exposição líquida ao CDI no balanço não constitui um risco material para a Companhia e suas controladas.
Há um monitoramento contínuo das taxas de mercado com o propósito de avaliar a eventual constatação de instrumentos para proteção contra a variação dessas taxas.
Esses efeitos e passivos estão assim representados no balanço:

	2013	2012
Ativos financeiros	290.378	290.378
Equivalências de caixa	50.929	50.929
Aplicações financeiras	8.813.068	8.813.068
Passivos financeiros	25.297	25.297
Empréstimos e financiamentos	9.799.435	9.799.435
Instrumentos financeiros derivativos	35.878	35.878

	2013	2012
Ativos financeiros	1.300.463	1.300.463
Equivalências de caixa	415.311	415.311
Aplicações financeiras	11.530.332	11.530.332
Passivos financeiros	25.297	25.297
Empréstimos e financiamentos	8.978.122	8.978.122
Instrumentos financeiros derivativos	35.878	35.878

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção das taxas de juros flutuantes de dívida estão resumidos a seguir:

Derivativos designados para cobertura de "hedging"
Contratados e Condições
Vencimento
Valor Nominal
2013
2012
Contratos de "swap" US\$ LIBOR/Pré 1,5 (6.779)
Contratos de "swap" US\$ LIBOR/Pré 2,1 - 2,4 (21.230) (28.890)
As operações de proteção cambial, contratadas junto às instituições financeiras com o objetivo de minimizar o risco cambial são principalmente:
Contratos de "swap" de taxa de juros
US\$ LIBOR/Pré. Referem-se a operações de "swap" de taxa de juros para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em Dólar. Nestes contratos, a posição ativa é em Dólar e a posição passiva é em taxa pré-fixada. O principal risco de perda na conta é devido a variações na taxa de juros do Dólar. O principal risco de perda na conta é devido a variações na taxa de juros do Dólar. O principal risco de perda na conta é devido a variações na taxa de juros do Dólar.
US\$ LIBOR/Pré. Referem-se a operações de "swap" de taxa de juros para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em Dólar. Nestes contratos, a posição ativa é em Dólar e a posição passiva é em taxa pré-fixada. O principal risco de perda na conta é devido a variações na taxa de juros do Dólar. O principal risco de perda na conta é devido a variações na taxa de juros do Dólar. O principal risco de perda na conta é devido a variações na taxa de juros do Dólar.
Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, foram registrados em resultado de operações de instrumentos financeiros derivativos os montantes apresentados abaixo (ver Nota 7):

	2013	2012	2013	2012
Ganho (perda) com "swap" taxa de juros	(14.742)	(5.781)	(14.742)	(5.781)
Total	(14.742)	(5.781)	(14.742)	(5.781)

E foram registrados em outros resultados abrangentes os montantes apresentados abaixo referentes aos "hedging" de taxa de juros designados para fins de contabilidade de "hedging".

Quanto do montante das alterações de contabilidade de "hedging" em outros resultados abrangentes

	2013	2012
Saldo Inicial	(414)	(414)
Resultado dos "hedging" designados	2.605	2.605
Transferência de porção inativa ao resultado	(20)	(20)
Amortização dos "hedging" ao resultado pela taxa efetiva	(1.882)	(1.882)
Tributos diferidos sobre contabilidade de "hedging"	(270)	(270)
Saldo final	111	111

b) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros
A Administração considera que o risco mais relevante das variações nas taxas de juros advém do passivo vinculado a LIBOR e US\$ LIBOR USD principalmente ao CDI. O risco está associado a elevação dessas taxas. Na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Administração estimou o impacto da elevação das taxas de juros flutuantes no encerramento do exercício. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas vigentes na data de encerramento do exercício. As taxas prováveis foram então elevadas em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente, como apresentado a seguir:

	2013	2012
Câmbio Provável	0,77%	0,77%
Câmbio Possível	5,00%	5,00%
Câmbio Remoto	12,21%	12,21%

Em 31 de dezembro de 2013, a Administração estimou o fluxo futuro de pagamentos de juros e principal de suas dívidas vinculadas e taxas de câmbio com base nas taxas de juros vigentes na data de encerramento do exercício e nos efeitos de impacto cambial, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados na tabela a seguir:

	2013	2012
Dívidas em Dólar	4.354.439	5.443.299
Derivativos (Posição Líquida - USD)	(3.928.410)	(4.810.813)
Calas em Dólar	(352.017)	(440.021)
Calas em Euro	(400)	(504)
Total vinculado a taxas de câmbio	73.609	82.961

	2013	2012
Dívidas em Dólar	4.354.439	5.443.299
Derivativos (Posição Líquida - USD)	(3.928.410)	(4.810.813)
Calas em Dólar	(352.017)	(440.021)
Calas em Euro	(400)	(504)
Total vinculado a taxas de câmbio	73.609	82.961

(b) Risco de taxa de juros
A Companhia possui empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros flutuantes com base na T.J.P. no CDI, no caso das dívidas expressas em Real, e LIBOR no caso das dívidas expressas em Dólar. Em 31 de dezembro de 2013, aproximadamente 80,2% (2012 - 81,2%) das dívidas consolidadas, excluindo o saldo de ajuste proveniente das operações de derivativos, estava sujeita a taxas de juros flutuantes. Após as operações de derivativos, cerca de 67,2% (2012 - 67,2%) das dívidas consolidadas estão sujeitas a taxas de juros flutuantes. A posição mais relevante a taxa de juros para o encerramento da Companhia e suas controladas, após as operações de derivativos, é o CDI. Portanto, uma elevação ou redução da taxa de juros impactaria negativamente os pagamentos futuros de juros e ajustes de "hedging". Porém, como o efeito da Companhia e de suas controladas está aplicado principalmente em ajuste à variação do CDI, a exposição líquida ao CDI no balanço não constitui um risco material para a Companhia e suas controladas.
Há um monitoramento contínuo das taxas de mercado com o propósito de avaliar a eventual constatação de instrumentos para proteção contra a variação dessas taxas.
Esses efeitos e passivos estão assim representados no balanço:

	2013	2012
Ativos financeiros	290.378	290.378
Equivalências de caixa	50.929	50.929
Aplicações financeiras	8.813.068	8.813.068
Passivos financeiros	25.297	25.297
Empréstimos e financiamentos	9.799.435	9.799.435
Instrumentos financeiros derivativos	35.878	35.878

	2013	2012
Ativos financeiros	1.300.463	1.300.463
Equivalências de caixa	415.311	415.311
Aplicações financeiras	11.530.332	11.530.332
Passivos financeiros	25.297	25.297
Empréstimos e financiamentos	8.978.122	8.978.122
Instrumentos financeiros derivativos	35.878	35.878

3.4.3. Risco de liquidez
O risco de liquidez surge de possibilidade da Companhia não honrar com as suas obrigações contratuais nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.
A Administração utiliza seus recursos principalmente para o pagamento de capital para expansão e modernização de rede, investir em novos negócios, pagar dividendos e refinanciar dívidas.
As condições são avaliadas com base no fluxo de caixa gerado internamente, dívidas de curto e longo prazo e investimentos externos. Estas fontes de recursos são avaliadas e a liquidez é monitorada pela Companhia continuamente e permite o cumprimento dos requisitos de capital estabelecidos.
O Grupo possui linha de crédito rotativa, o que garante a liquidez no longo prazo e possibilita maior eficiência de gestão do caixa, sendo considerado com o seu tipo estratégico no núcleo do grupo de capital. A linha de crédito rotativa foi contratada em novembro de 2011 junto a um sindicato composto por diversos bancos comerciais globais.
Quanto de capital
A Companhia administra sua estrutura de capital de acordo com melhores práticas de mercado.
O objetivo de gestão de capital é de assegurar níveis de liquidez e alavancagem financeira que possibilitem o crescimento sustentável do grupo, plano de investimentos estratégicos e retorno aos acionistas.
A Companhia possui estrutura de capital, de acordo com as condições econômico-financeiras de curto e longo prazo, utilizadas para monitorar e gestão de estrutura de capital são: DRE, DRE sobre o EBITDA acumulado nos últimos 12 meses (sigla em inglês que representa o lucro líquido antes dos juros (resultado financeiro), impostos, depreciação e amortização), Dívida líquida (dívida total menos o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras) sobre o EBITDA acumulado nos últimos 12 meses, índice de cobertura de juros, conforme abaixo:
Dívida líquida/EBITDA: entre 2x e 4x
Índice de cobertura de juros (7): entre 1,4x e 2x
(7) Mede a capacidade da Companhia em cobrir suas obrigações futuras de juros.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A

Nire: 33300152580

Protocolo: 0020141532092 - 06/05/2014

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 08/05/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: BA3BDA117E385F96905D4F80EEA3FFDC72F219AA1EDABEE7F9F5F58EC0D3F8

Arquivamento: 00002820711 - 08/05/2014

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

TELEMAR NORTE LESTE S.A.

CNPJ 33.000.118/0001-79

continuação

indicar, para preenchimento, outros créditos vencidos até 30 de novembro de 2008 que, até então, encontravam-se em discussão nas esferas administrativas e judiciais.

Conforme previsto no art. 1, V, § 5º da Lei, as empresas são obrigadas a manter o pagamento regular das parcelas do novo parcelamento, podendo ser excluída do programa caso não tenham em aberto três parcelas consecutivas ou não, ou de uma parcela, estando pagas todas as demais.

Os refinanciamentos foram pactuados em 180 meses. Conforme previsto na legislação de regência e nas portarias que a disciplinaram, as empresas que aderiram ao Programa passaram a fazer o recolhimento mensal das parcelas, uma vez que seu valor definitivo apenas será obtido após a consolidação dos débitos pela Receita Federal. A Companhia e suas controladas formalizaram, junto à Receita Federal do Brasil, pelo relatório de créditos, a consolidação dos débitos incluídos nas diversas modalidades do parcelamento da Lei nº 11.941/2009. De acordo com o relatório, a consolidação dos débitos incluídos nas diversas modalidades do parcelamento da Lei nº 11.941/2009, com a adesão, de débitos judiciais relacionados aos processos transitados para o novo 21. PROVISÕES

	Controladora		Controlado	
	2012	2012	2012	2012
(1) ICMS	165.521	178.454	230.845	228.179
(2) JUS/FUNTEL	143.907	135.391	147.300	142.832
(3) IRL	54.812	51.350	55.722	53.063
(4) INSS (responsabilidade solidária, honorários e verbas indenizatórias)	19.990	19.478	19.990	19.478
Demais ações	8.944	8.682	9.438	6.158
Total	233.222	293.677	303.007	300.048
Controladora	433.804	420.690	509.541	483.178
Controlado	211.337	279.900	228.046	256.462
(5) Honorários	69.700	94.472	77.125	90.821
(6) Adicional de férias	43.180	74.324	71.812	75.691
(7) Estabilidade/reintegração	31.616	48.993	31.658	48.001
(8) Diferenças salariais	22.418	35.852	23.307	35.875
(9) Verbas rescisórias	12.500	18.094	18.529	20.175
(10) Multas trabalhistas	11.465	14.829	17.554	13.431
(11) Honorários advocatícios/períciais	6.077	10.606	10.634	10.775
(12) FGTS	4.965	4.330	5.078	4.450
(13) Substituições	3.611	5.383	4.387	5.790
(14) Demais ações	352	1.711	1.027	1.723
Total	18.142	12.417	17.740	20.186
Controladora	601.512	600.524	645.826	694.797
Controlado	300.178	325.431	300.578	336.781
(15) Escontos ANATEL	334.215	336.003	347.543	349.840
(16) JUS/Espécies	48.590	78.319	80.139	60.778
(17) Demais ações	202.360	343.303	301.239	363.872
Total	1.005.078	1.633.826	1.128.187	1.194.478
Controladora	1.005.078	1.633.826	1.128.187	1.194.478
Controlado	300.178	325.431	300.578	336.781
Controlado	1.005.078	1.633.826	1.128.187	1.194.478
Controlado	300.178	325.431	300.578	336.781

Conforme estabelecido pela respectiva legislação, as provisões para perdas em processos judiciais e extrajudiciais são classificadas em provisões para perdas em processos judiciais e extrajudiciais, por natureza.

	2012		2012	
	Provisões	Provisões	Provisões	Provisões
Provisões	509.541	543.527	1.128.187	1.194.478
Provisões	12.444.502	409.850	692.950	13.548.420
Provisões	443.178	594.767	1.104.375	8.263.321
Provisões	11.705.434	374.375	612.003	12.762.812

	Controladora		Controlado	
	2012	2012	2012	2012
Dados em 01/01/2012	387.819	645.892	602.821	2.226.133
Ações / Reservas	26.480	21.700	115.500	106.776
Reservas para pagamento/incrementos	28.480	303.104	110.370	141.913
Atualização monetária	32.771	118.045	110.370	141.913
Dados em 31/12/2012	420.090	686.624	1.223.626	2.134.640
Ações / Reservas	57.716	54.963	151.073	149.821
Reservas para pagamento/incrementos	110.180	246.700	119.322	149.262
Atualização monetária	67.878	122.641	140.501	150.000
Dados em 31/12/2012	433.624	501.512	1.005.078	1.840.092

	Controladora		Controlado	
	2012	2012	2012	2012
Dados em 01/01/2012	448.252	1.656.863	434.825	6.993.740
Ações / Reservas	263.841	1.043.922	1.077.607	4.384.320
Reservas para pagamento/incrementos	7.190	32.281	185.322	234.785
Atualização monetária	129.217	313.422	210.945	262.556
Dados em 31/12/2012	487.178	694.787	1.104.375	2.263.321
Ações / Reservas	18.194	17.286	37.319	72.799
Reservas para pagamento/incrementos	62.015	19.456	256.241	278.800
Atualização monetária	113.429	215.031	237.670	287.032
Dados em 31/12/2012	75.582	120.183	111.050	177.678
Controladora	609.841	646.826	1.128.187	2.134.640

Resumo dos principais objetos vinculados às provisões constituintes e passivos contingentes

Provisões:

(1) Tributos estaduais - Exigência de ICMS sobre operações que, no entendimento da Companhia, não são passíveis de tributação por esta imposto. Discussões sobre créditos de ICMS tomados pela Companhia, cuja validade ou legalidade é contestada pelo Fisco Estadual.

(2) Tributos federais - Autuações de impostos e contribuições federais sobre lotes qualificados de forma equivocada e indevida pela Companhia ou sobre diferenças na aplicação e cálculo de certos tributos.

Tributárias:

(1) Honorários - Referem-se ao custo do pagamento de honorários de advogados e de peritos em processos judiciais e extrajudiciais, bem como a custos de perícias e de outros serviços necessários para a defesa da Companhia.

(2) Adicional de férias - Referem-se, principalmente, às expectativas de perdas nas ações que dizem respeito à exigibilidade do pagamento de adicional de férias para empregados que não tenham recebido o pagamento de férias em razão de suspensão temporária de trabalho.

(3) Estabilidade/reintegração - Referem-se ao custo de indenização por estabilidade provisória em razão de suspensão temporária de trabalho.

(4) Diferenças salariais - Referem-se, principalmente, às expectativas de perdas nas ações que dizem respeito à exigibilidade do pagamento de diferenças salariais decorrentes de suspensão temporária de trabalho.

(5) Honorários advocatícios/períciais - Referem-se a custos de honorários de advogados e de peritos em processos judiciais e extrajudiciais, bem como a custos de perícias e de outros serviços necessários para a defesa da Companhia.

(6) FGTS - Referem-se às expectativas de perdas nas ações que dizem respeito à exigibilidade do pagamento de FGTS em razão de suspensão temporária de trabalho.

(7) Substituições - Referem-se às expectativas de perdas nas ações que dizem respeito à exigibilidade do pagamento de substituições em razão de suspensão temporária de trabalho.

(8) Demais ações - Referem-se a expectativas de perdas nas ações que dizem respeito à exigibilidade do pagamento de demais ações em razão de suspensão temporária de trabalho.

Cíveis:

(1) Multas ANATEL - Referem-se, substancialmente, às provisões de R\$ 4.002.018 (2012 - R\$ 4.286.234) de multas ANATEL decorrentes de não cumprimento das obrigações de prestação de serviços de telecomunicações.

(2) Escontos ANATEL - Referem-se, substancialmente, a descontos de R\$ 3.347.207 (2012 - R\$ 3.417.370) de descontos ANATEL decorrentes de não cumprimento das obrigações de prestação de serviços de telecomunicações.

(3) Juros e encargos - Referem-se a juros e encargos decorrentes de não cumprimento das obrigações de prestação de serviços de telecomunicações.

(4) Demais ações - Referem-se a diversas ações em curso abrangendo questões contratuais, indenização de danos materiais e morais, bem como ações de natureza cível decorrentes de não cumprimento das obrigações de prestação de serviços de telecomunicações.

Cíveis:

A Companhia e suas controladas também possuem diversos processos cíveis em andamento, bem como ações de natureza cível decorrentes de não cumprimento das obrigações de prestação de serviços de telecomunicações.

(1) ICMS - Autuações federais que atingem o montante aproximado de R\$ 4.002.018 (2012 - R\$ 4.286.234) de multas ANATEL decorrentes de não cumprimento das obrigações de prestação de serviços de telecomunicações.

(2) Escontos ANATEL - Referem-se a descontos de R\$ 3.347.207 (2012 - R\$ 3.417.370) de descontos ANATEL decorrentes de não cumprimento das obrigações de prestação de serviços de telecomunicações.

(3) Juros e encargos - Referem-se a juros e encargos decorrentes de não cumprimento das obrigações de prestação de serviços de telecomunicações.

(4) Demais ações - Referem-se a diversas ações em curso abrangendo questões contratuais, indenização de danos materiais e morais, bem como ações de natureza cível decorrentes de não cumprimento das obrigações de prestação de serviços de telecomunicações.

Cíveis:

A Companhia e suas controladas também possuem diversos processos cíveis em andamento, bem como ações de natureza cível decorrentes de não cumprimento das obrigações de prestação de serviços de telecomunicações.

(1) ICMS - Autuações federais que atingem o montante aproximado de R\$ 4.002.018 (2012 - R\$ 4.286.234) de multas ANATEL decorrentes de não cumprimento das obrigações de prestação de serviços de telecomunicações.

(2) Escontos ANATEL - Referem-se a descontos de R\$ 3.347.207 (2012 - R\$ 3.417.370) de descontos ANATEL decorrentes de não cumprimento das obrigações de prestação de serviços de telecomunicações.

(3) Juros e encargos - Referem-se a juros e encargos decorrentes de não cumprimento das obrigações de prestação de serviços de telecomunicações.

(4) Demais ações - Referem-se a diversas ações em curso abrangendo questões contratuais, indenização de danos materiais e morais, bem como ações de natureza cível decorrentes de não cumprimento das obrigações de prestação de serviços de telecomunicações.

Cíveis:

A Companhia e suas controladas também possuem diversos processos cíveis em andamento, bem como ações de natureza cível decorrentes de não cumprimento das obrigações de prestação de serviços de telecomunicações.

(1) ICMS - Autuações federais que atingem o montante aproximado de R\$ 4.002.018 (2012 - R\$ 4.286.234) de multas ANATEL decorrentes de não cumprimento das obrigações de prestação de serviços de telecomunicações.

(2) Escontos ANATEL - Referem-se a descontos de R\$ 3.347.207 (2012 - R\$ 3.417.370) de descontos ANATEL decorrentes de não cumprimento das obrigações de prestação de serviços de telecomunicações.

(3) Juros e encargos - Referem-se a juros e encargos decorrentes de não cumprimento das obrigações de prestação de serviços de telecomunicações.

(4) Demais ações - Referem-se a diversas ações em curso abrangendo questões contratuais, indenização de danos materiais e morais, bem como ações de natureza cível decorrentes de não cumprimento das obrigações de prestação de serviços de telecomunicações.

Cíveis:

A Companhia e suas controladas também possuem diversos processos cíveis em andamento, bem como ações de natureza cível decorrentes de não cumprimento das obrigações de prestação de serviços de telecomunicações.

(1) ICMS - Autuações federais que atingem o montante aproximado de R\$ 4.002.018 (2012 - R\$ 4.286.234) de multas ANATEL decorrentes de não cumprimento das obrigações de prestação de serviços de telecomunicações.

(2) Escontos ANATEL - Referem-se a descontos de R\$ 3.347.207 (2012 - R\$ 3.417.370) de descontos ANATEL decorrentes de não cumprimento das obrigações de prestação de serviços de telecomunicações.

(3) Juros e encargos - Referem-se a juros e encargos decorrentes de não cumprimento das obrigações de prestação de serviços de telecomunicações.

(4) Demais ações - Referem-se a diversas ações em curso abrangendo questões contratuais, indenização de danos materiais e morais, bem como ações de natureza cível decorrentes de não cumprimento das obrigações de prestação de serviços de telecomunicações.

Cíveis:

A Companhia e suas controladas também possuem diversos processos cíveis em andamento, bem como ações de natureza cível decorrentes de não cumprimento das obrigações de prestação de serviços de telecomunicações.

(1) ICMS - Autuações federais que atingem o montante aproximado de R\$ 4.002.018 (2012 - R\$ 4.286.234) de multas ANATEL decorrentes de não cumprimento das obrigações de prestação de serviços de telecomunicações.

(2) Escontos ANATEL - Referem-se a descontos de R\$ 3.347.207 (2012 - R\$ 3.417.370) de descontos ANATEL decorrentes de não cumprimento das obrigações de prestação de serviços de telecomunicações.

(3) Juros e encargos - Referem-se a juros e encargos decorrentes de não cumprimento das obrigações de prestação de serviços de telecomunicações.

(4) Demais ações - Referem-se a diversas ações em curso abrangendo questões contratuais, indenização de danos materiais e morais, bem como ações de natureza cível decorrentes de não cumprimento das obrigações de prestação de serviços de telecomunicações.

Cíveis:

A Companhia e suas controladas também possuem diversos processos cíveis em andamento, bem como ações de natureza cível decorrentes de não cumprimento das obrigações de prestação de serviços de telecomunicações.

(1) ICMS - Autuações federais que atingem o montante aproximado de R\$ 4.002.018 (2012 - R\$ 4.286.234) de multas ANATEL decorrentes de não cumprimento das obrigações de prestação de serviços de telecomunicações.

(2) Escontos ANATEL - Referem-se a descontos de R\$ 3.347.207 (2012 - R\$ 3.417.370) de descontos ANATEL decorrentes de não cumprimento das obrigações de prestação de serviços de telecomunicações.

(3) Juros e encargos - Referem-se a juros e encargos decorrentes de não cumprimento das obrigações de prestação de serviços de telecomunicações.

(4) Demais ações - Referem-se a diversas ações em curso abrangendo questões contratuais, indenização de danos materiais e morais, bem como ações de natureza cível decorrentes de não cumprimento das obrigações de prestação de serviços de telecomunicações.

Cíveis:

A Companhia e suas controladas também possuem diversos processos cíveis em andamento, bem como ações de natureza cível decorrentes de não cumprimento das obrigações de prestação de serviços de telecomunicações.

(1) ICMS - Autuações federais que atingem o montante aproximado de R\$ 4.002.018 (2012 - R\$ 4.286.234) de multas ANATEL decorrentes de não cumprimento das obrigações de prestação de serviços de telecomunicações.

(2) Escontos ANATEL - Referem-se a descontos de R\$ 3.347.207 (2012 - R\$ 3.417.370) de descontos ANATEL decorrentes de não cumprimento das obrigações de prestação de serviços de telecomunicações.

(3) Juros e encargos - Referem-se a juros e encargos decorrentes de não cumprimento das obrigações de prestação de serviços de telecomunicações.

(4) Demais ações - Referem-se a diversas ações em curso abrangendo questões contratuais, indenização de danos materiais e morais, bem como ações de natureza cível decorrentes de não cumprimento das obrigações de prestação de serviços de telecomunicações.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A

Nire: 33300152580

Protocolo: 0020141532092 - 08/05/2014

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 08/05/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: BA3BDA117E385F96905D4F80EEA3FFDC7F2F19AA1EDABEE7F9FE5F58EC0D3F8

Arquivamento: 00002820111 - 08/05/2014

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A. CNPJ 33.000.116/0001-70

Reserva especial Lei nº 6.202/1991

A reserva foi criada em virtude dos ajustes de correção monetária especial do ativo permanente, cuja finalidade é a compensação das distorções nos índices de correção monetária anteriores a 1991. A reserva é realizada com base na depreciação dos bens do ativo imobilizado que lhe deram origem.

(d) Reservas de lucros

Reserva legal

De acordo com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição de reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é opcional quando a reserva legal, somada às reservas de capital, superam em 20% o capital social. Essa reserva pode ser utilizada para fins de aumento de capital ou absorção de prejuízos, não podendo ser distribuída e fluir de dividendos.

Reserva de investimentos

A reserva de investimentos destina-se a criar recursos na Companhia para fazer face aos compromissos de capital próprio e de suas controladas. Os recursos foram aplicados na planta de telefonia fixa, em conexão com as metas de universalização da ANATEL e investimentos na planta de telefonia móvel.

Reserva de incentivos fiscais

De acordo com o art. 154-A da Lei nº 6.404/76, instituído pela Lei nº 11.636/2007, a Assembleia Geral da Companhia poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais, a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser utilizada de acordo com o plano de distribuição de dividendos. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo da reserva de lucros de incentivos fiscais no montante de R\$12.729 foi revertido para lucros acumulados.

(e) Outras reservas

(a) Outras reservas diretamente ao patrimônio líquido

(1) Ação em transação de capital e variação de percentagem de participações

Essas reservas são reconhecidas nas mudanças na participação relativa de controladora sobre controladas que não resultam em perda de controle, ou seja, transações de capital (transações com ações, na qualidade de proprietários), conforme previsto no pronunciamento ICPJ 00 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Consolidadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial.

(2) Outras reservas abrangentes

Essas reservas são reconhecidas sobre resultados abrangentes que incluem lucros de receita, despesa e ajustes de reclassificação, líquidos dos respectivos efeitos tributários, não reconhecidos nas demonstrações de resultados.

(f) Dividendo de ações, dividendos e juros sobre o capital próprio

Os dividendos são calculados ao final do exercício social, de acordo com o estatuto da Companhia e em conformidade com a Lei nº 6.404/76.

Por determinação do Conselho de Administração a Companhia pode pagar ou creditar, a título de dividendos, juros sobre o capital próprio nos termos do art. 1º, parágrafo 7º, da Lei nº 9.249/1993. Os juros pagos ou creditados serão compensados com o valor do dividendo anual mínimo obrigatório, de acordo com o art. 30 do estatuto social.

As ações preferenciais classe "A" não possuem direito a voto e a elas são assegurados: (i) ação paga-se os dividendos prioritários e que fazem jus às ações preferenciais classe "B" e em igualdade de condições com as ações preferenciais classe "C" até o pagamento do dividendo mínimo a elas atribuído, prioritário no recebimento do dividendo mínimo e não cumulativo de 3% ao ano, calculado sobre o valor resultante da divisão do patrimônio líquido controlado pelo número total de ações da Companhia; (ii) uma vez pagos os dividendos prioritários para todas as ações preferenciais, são assegurados dividendos a dividendos distribuídos às ações ordinárias, desde que o valor total de dividendos pagos às ações preferenciais classe "A" na forma do item (i) e (ii) não supere o valor de dividendos prioritários pagos às ações preferenciais classe "B"; bem como (iii) prioridade no reembolso do capital, sem prejuízo, em caso de liquidação da Companhia, em relação às ações preferenciais classe "C" e ações ordinárias, respectivamente e prioridade no reembolso das ações preferenciais classe "B" previstas no Estatuto Social da Companhia. Adicionalmente não existem ações preferenciais classe "B" ou "C" emitidas pela Companhia, sendo as ações preferenciais classe "B", destinadas à subscrição por fundos de investimento regionais criados perante o Decreto-Lei nº 13.767/4, com recursos de incentivos fiscais.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuiu lucro no exercício no montante de R\$ 11.130. De acordo com o pronunciamento do Conselho de Administração, a aprovação em AGO, o saldo do lucro do exercício, o montante de realização da reserva especial Lei nº 6.202/1991 no montante de R\$ 113 e de reversão da reserva de lucros de incentivos fiscais no montante de R\$ 12.729, foi distribuído de seguinte forma: (a) constituição de reserva legal no montante de R\$ 26.047; (b) dividendos mínimos assegurados atribuídos às ações preferenciais classe "A" de R\$ 322.895; e (c) constituição de reserva de investimentos no montante de R\$ 413.225.

Os dividendos mínimos obrigatórios, de acordo com o art. 302 da Lei nº 6.404/76, foram calculados como segue:

	2013	2012
Lucro (prejuízo) líquido de exercício	781.130	1.564.867
Reserva legal - 5%	(39.067)	(78.232)
Reserva Provisória Social		344.427
Lucro líquido ajustado	742.063	1.731.062
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	185.516	432.766
Os dividendos mínimos assegurados das ações preferenciais classe "A" do exercício de 2013 foram calculados como segue:		

	2013	2012
Patrimônio líquido	19.455.058	12.674
Total de ações em circulação (*)	340.818	340.818
Total de ações preferenciais classe "A" em circulação (*)	190.456	190.456
Base de cálculo	56,47	56,47
Percentual do dividendo mínimo estatutário	3%	3%
Valor por ação em Real	1,6042	1,6042
Dividendos mínimos estatutários atribuídos às ações preferenciais classe "A"	322.895	322.895

(*) em milhares de ações

De dividendos e de juros sobre o capital próprio a pagar pela Companhia, que estão demonstrados no passivo circulante, são compostos como segue:

	2013	2012
Ano-base de proposta		
2013	322.895	322.895
2012	300.367	300.367
2010		300.367
Total	623.262	323.262

(g) Lucro por ação básico e diluído

Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas controladores da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluidoras. A Companhia não possui atualmente ações potenciais diluidoras.

	2013	2012
Lucro atribuído aos acionistas da Companhia	781.130	1.564.867
Lucro atribuído às ações ordinárias - básicos e diluídos	340.818	340.818
Lucro atribuído às ações preferenciais - básicos e diluídos	420.812	662.587
Média ponderada das ações em circulação (Em milhares de ações)	190.456	190.456
Ações ordinárias - básicos e diluídos	190.456	190.456
Ações preferenciais - básicos e diluídos	2.21	4,26
Lucro por ação (Em reais):	2,21	4,26

Ações ordinárias - básicos e diluídos

Ações preferenciais - básicos e diluídos

Lucro por ação (Em reais):

Ações ordinárias - básicos e diluídos

Ações preferenciais - básicos e diluídos

24. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

(a) Fundos de pensão

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios de aposentadoria (Fundos de Pensão) e seus empregados, desde que estes optem pelos referidos planos, e aos participantes estatutários. Segue abaixo quadro demonstrativo dos planos de benefícios estatutários.

Planos de benefícios

Empresas patrocinadoras

Questor

TCPREV

B-TPREV

TelemarPrev

PBS-A

PBS-Telemar

PBS-TNCP

CELPREV

Batel - Fundação Social de Beneficência Social

FATL - Fundação Adolpho de Assis e Silva

A "Telemar Participações S.A.", controladora indireta da Companhia, é uma das patrocinadoras do plano de benefícios TelemarPrev.

A Companhia, por meio de fundos de pensão citada nesta nota, também poderá estar demonstrada como "patrocinadora".

Os planos patrocinados são avaliados por situações independentes na data de encerramento do exercício social pelo Mercer Human Resource Consulting Ltd. Os estudos sociais preveem a aprovação da política de previdência complementar, sendo que a aderência dos planos de benefícios definidos vincula-se aos atos firmados junto às fundações, com a anuência da PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar.

Complementar, no qual estão os planos específicos. A PREVIC é o órgão oficial que aprova e fiscaliza os referidos planos.

Nos planos patrocinados de benefício definido não há possibilidade de novos adesões por serem planos fechados. As contribuições de participantes e de patrocinadores estão definidas no Plano de Custos.

Previsões para fundos de pensão

Relevante ao reconhecimento do efetivo atuarial dos planos de benefício definido de controladas, conforme demonstração a seguir:

Condição

2013

Plano B-TPREV e Fundos/Alternativo

Crédito

Não circulante

Alto reconhecimento para compensação de contribuições patronais futuras

Alto reconhecimento para controle relacionado ao Plano TCPREV, referente a: (i) contribuições de patrocinadores sem direito de resgate pelos participantes que se desligaram do Plano; e (ii) parte do superávit do Plano, atribuído à patrocinadora Oi.

O ativo reconhecido se destina à compensação de contribuições patronais futuras. Sua composição está apresentada a seguir:

Condição

2013

Plano TCPREV

Crédito

Não circulante

Características dos planos de previdência complementar patrocinados

1) BATL

A BATL é uma entidade de direito privado, de fins previdenciárias, assistenciais e não-lucrativas, constituída em novembro de 1977, e tem por objetivo instituir planos privados de concessão de prestações ou de rendas, de benefícios complementares ou assegurados de previdência oficial, aos empregados e seus familiares vinculados às patrocinadoras de BATL.

Planos

(i) PBS-A

O plano de benefício definido, mantido adicionalmente em conjunto com outras patrocinadoras vinculadas à prestação de serviços de telecomunicações, destinados aos participantes que se encontravam em condição de afastados em 31 de janeiro de 2000.

As contribuições ao PBS-A estão condicionadas à aplicação do déficit acumulado. Em 31 de dezembro de 2013, data de última avaliação atuarial, este plano apresentava situação superavitária.

(ii) PBS-TNCP

Plano de benefício definido, que além do benefício de suplementação fornece assistência médica (PMA) aos participantes e dependentes e seus dependentes, e custo compartilhado.

O PBS-TNCP encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde abril de 2004.

(iii) CELPREV

Em 2004 a Amazônia (Incorporada pela TIM, PCS) teve aprovação da PREVIC para criação de um novo Plano de Pensão (i) O plano de benefício definido, mantido adicionalmente em conjunto com outras patrocinadoras vinculadas à prestação de serviços de telecomunicações, destinados aos participantes que se encontravam em condição de afastados em 31 de janeiro de 2000.

As contribuições ao PBS-TNCP estão condicionadas à aplicação do déficit acumulado. Em 31 de dezembro de 2013, data de última avaliação atuarial, este plano apresentava situação superavitária.

(iv) PBS-TNCP

Plano de benefício definido, que além do benefício de suplementação fornece assistência médica (PMA) aos participantes e dependentes e seus dependentes, e custo compartilhado.

O PBS-TNCP encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde abril de 2004.

(v) CELPREV

Em 2004 a Amazônia (Incorporada pela TIM, PCS) teve aprovação da PREVIC para criação de um novo Plano de Pensão (i) O plano de benefício definido, mantido adicionalmente em conjunto com outras patrocinadoras vinculadas à prestação de serviços de telecomunicações, destinados aos participantes que se encontravam em condição de afastados em 31 de janeiro de 2000.

As contribuições ao PBS-TNCP estão condicionadas à aplicação do déficit acumulado. Em 31 de dezembro de 2013, data de última avaliação atuarial, este plano apresentava situação superavitária.

(vi) PBS-TNCP

Plano de benefício definido, que além do benefício de suplementação fornece assistência médica (PMA) aos participantes e dependentes e seus dependentes, e custo compartilhado.

O PBS-TNCP encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde abril de 2004.

(vii) CELPREV

Em 2004 a Amazônia (Incorporada pela TIM, PCS) teve aprovação da PREVIC para criação de um novo Plano de Pensão (i) O plano de benefício definido, mantido adicionalmente em conjunto com outras patrocinadoras vinculadas à prestação de serviços de telecomunicações, destinados aos participantes que se encontravam em condição de afastados em 31 de janeiro de 2000.

As contribuições ao PBS-TNCP estão condicionadas à aplicação do déficit acumulado. Em 31 de dezembro de 2013, data de última avaliação atuarial, este plano apresentava situação superavitária.

(viii) PBS-TNCP

Plano de benefício definido, que além do benefício de suplementação fornece assistência médica (PMA) aos participantes e dependentes e seus dependentes, e custo compartilhado.

O PBS-TNCP encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde abril de 2004.

(ix) CELPREV

Em 2004 a Amazônia (Incorporada pela TIM, PCS) teve aprovação da PREVIC para criação de um novo Plano de Pensão (i) O plano de benefício definido, mantido adicionalmente em conjunto com outras patrocinadoras vinculadas à prestação de serviços de telecomunicações, destinados aos participantes que se encontravam em condição de afastados em 31 de janeiro de 2000.

As contribuições ao PBS-TNCP estão condicionadas à aplicação do déficit acumulado. Em 31 de dezembro de 2013, data de última avaliação atuarial, este plano apresentava situação superavitária.

(x) PBS-TNCP

Plano de benefício definido, que além do benefício de suplementação fornece assistência médica (PMA) aos participantes e dependentes e seus dependentes, e custo compartilhado.

O PBS-TNCP encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde abril de 2004.

(xi) CELPREV

Em 2004 a Amazônia (Incorporada pela TIM, PCS) teve aprovação da PREVIC para criação de um novo Plano de Pensão (i) O plano de benefício definido, mantido adicionalmente em conjunto com outras patrocinadoras vinculadas à prestação de serviços de telecomunicações, destinados aos participantes que se encontravam em condição de afastados em 31 de janeiro de 2000.

As contribuições ao PBS-TNCP estão condicionadas à aplicação do déficit acumulado. Em 31 de dezembro de 2013, data de última avaliação atuarial, este plano apresentava situação superavitária.

(xii) PBS-TNCP

Plano de benefício definido, que além do benefício de suplementação fornece assistência médica (PMA) aos participantes e dependentes e seus dependentes, e custo compartilhado.

O PBS-TNCP encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde abril de 2004.

(xiii) CELPREV

Em 2004 a Amazônia (Incorporada pela TIM, PCS) teve aprovação da PREVIC para criação de um novo Plano de Pensão (i) O plano de benefício definido, mantido adicionalmente em conjunto com outras patrocinadoras vinculadas à prestação de serviços de telecomunicações, destinados aos participantes que se encontravam em condição de afastados em 31 de janeiro de 2000.

As contribuições ao PBS-TNCP estão condicionadas à aplicação do déficit acumulado. Em 31 de dezembro de 2013, data de última avaliação atuarial, este plano apresentava situação superavitária.

(xiv) PBS-TNCP

Plano de benefício definido, que além do benefício de suplementação fornece assistência médica (PMA) aos participantes e dependentes e seus dependentes, e custo compartilhado.

O PBS-TNCP encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde abril de 2004.

(xv) CELPREV

Em 2004 a Amazônia (Incorporada pela TIM, PCS) teve aprovação da PREVIC para criação de um novo Plano de Pensão (i) O plano de benefício definido, mantido adicionalmente em conjunto com outras patrocinadoras vinculadas à prestação de serviços de telecomunicações, destinados aos participantes que se encontravam em condição de afastados em 31 de janeiro de 2000.

As contribuições ao PBS-TNCP estão condicionadas à aplicação do déficit acumulado. Em 31 de dezembro de 2013, data de última avaliação atuarial, este plano apresentava situação superavitária.

(xvi) PBS-TNCP

Plano de benefício definido, que além do benefício de suplementação fornece assistência médica (PMA) aos participantes e dependentes e seus dependentes, e custo compartilhado.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A

Nire: 33300152580

Protocolo: 0020141532092 - 08/05/2014

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 08/05/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: BA3BDA117E385F96905D4F80EEA3FFDC72F219AA1EDABEE7F9F5F58EC0D3F8

Arquivamento: 00002820711 - 08/05/2014

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

TELEMAR NORTE LESTE S.A.

CNPJ 33.000.118/0001-79

continuação

de seu Salário-de-Participação. A Contribuição Específica de Participação do grupo BTPREV será opcional e será o valor e a periodicidade fixados pelo Participante, desde que não inferior a 1 (uma) UPB. Não haverá contrapartida da Participação relativamente à Contribuição Voluntária ou Específica de Participação. O Regulamento do Plano estabelece a periodicidade de contribuição entre Participantes e Petroleiros. O regime financeiro de determinação do custo do Plano é o de capitalização.

Situação dos planos patrocinados, revelados na data de encerramento do exercício social (FATL):

A seguir estão apresentados os dados dos planos de previdência privada patrocinados que mantêm obrigações de benefício definido:

	Contribuidores			
	2013	2012	2013	2012
	PRE-Telmar	PRE-Telmar	TelmarPrev	TelmarPrev
CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS				
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	222.175	259.701	2.166.813	2.500.073
Obrigações atuariais com benefícios a conceder	8.220	11.518	361.338	563.293
(+) Total do valor presente das obrigações atuariais	230.395	271.217	2.528.151	3.063.366
Valor justo dos ativos do plano	(27.881)	(316.274)	(2.096.842)	(3.312.057)
(-) Passivo(Ativo) atuarial líquido	(27.881)	(45.057)	(439.492)	(240.291)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	27.881	45.057	439.492	240.291
(+) Passivo(Ativo) atuarial líquido reconhecido				

	Contribuidores			
	2013	2012	2013	2012
	BTPREV	TCPREV	PRE-Telmar	TelmarPrev
CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS				
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	963	110	222.175	2.241.129
Obrigações atuariais com benefícios a conceder	551	1.236	8.220	377.294
(+) Total do valor presente das obrigações atuariais	1.514	1.346	230.395	2.618.423
Valor justo dos ativos do plano	(1.014)	(4.062)	(208.076)	(3.078.378)
(-) Passivo(Ativo) atuarial líquido	500	(2.716)	(27.881)	(457.954)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso			27.881	457.955
(+) Passivo(Ativo) atuarial líquido reconhecido	500	(2.716)		

	Contribuidores			
	2013	2012	2013	2012
	PRE-Telmar	PRE-Telmar	TelmarPrev	TelmarPrev
CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS				
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	259.701	2.555.036		
Obrigações atuariais com benefícios a conceder	11.518	583.818		
(+) Total do valor presente das obrigações atuariais	271.217	3.138.854		
Valor justo dos ativos do plano	(316.274)	(3.305.454)		
(-) Passivo(Ativo) atuarial líquido	(45.057)	(246.801)		
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	45.057	246.801		
(+) Passivo(Ativo) atuarial líquido reconhecido				

	Contribuidores			
	2013	2012	2013	2012
	PRE-Telmar	PRE-Telmar	TelmarPrev	TelmarPrev
MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO				
Valor presente de obrigação atuarial no início do exercício	271.217	224.827	3.073.398	2.474.480
Valor sobre obrigação atuarial	21.512	72.430	265.625	247.633
Custo do serviço comum	230	182	10.148	9.184
Contribuições de participantes vendidas no ano	52	50		
Benefícios pagos líquidos	(11.777)	(15.757)	(102.874)	(222.847)
Resultado de obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes	(46.644)	30.355	(598.116)	569.715
Erros/omissões de transferência líquida (incluindo o efeito de fusões, aquisições e alienações)				(4.797)
Valor presente de obrigação atuarial no final do exercício	230.395	271.217	3.887.149	3.073.398
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	316.274	280.333	3.312.867	3.015.734
Rendimento esperado no ano	27.324	29.109	295.964	303.950
Contribuições normais recebidas pelo plano	63	62		
Participantes	52	50		
Pagamento de benefícios	(11.777)	(15.757)	(192.874)	(222.847)
Resultado de obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes	(87.882)	13.447	(410.125)	211.802
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	258.076	316.274	3.896.642	3.312.867
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	(27.881)	(45.057)	(439.492)	(240.291)
(+) Passivo(Ativo) atuarial líquido reconhecido	27.881	45.057	439.492	240.291

	Contribuidores			
	2013	2012	2013	2012
	BTPREV	TCPREV	PRE-Telmar	TelmarPrev
MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO				
Valor presente de obrigação atuarial no início do exercício	2.632	1.208	271.217	3.146.543
Valor sobre obrigação atuarial	215	142	23.312	272.072
Custo do serviço comum	133	124	235	11.894
Contribuições de participantes vendidas no ano	(66)	(10)	(17.777)	(106.631)
Benefícios pagos líquidos	(1.208)	(506)	(48.844)	(515.265)
Resultado de obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes	1.814	1.884	290.395	2.818.423
Valor presente de obrigação atuarial no final do exercício	1.863	4.334	316.274	3.305.454
Rendimento esperado no ano	129	354	27.324	294.197
Contribuições normais recebidas pelo plano			137	137
Participantes			52	50
Pagamento de benefícios	(66)	(10)	(17.777)	(106.631)
Resultado de obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes	(610)	(546)	(87.882)	(418.642)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	1.014	4.062	258.076	3.078.378
(-) Valor do passivo(Ativo) atuarial líquido	800	(2.706)	(27.881)	(457.954)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso			27.881	457.955
(+) Passivo(Ativo) atuarial líquido reconhecido	800	(2.706)		

	Contribuidores			
	2013	2012	2013	2012
	PRE-Telmar	PRE-Telmar	TelmarPrev	TelmarPrev
MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO				
Valor presente de obrigação atuarial no início do exercício	224.827	2.534.333		
Valor sobre obrigação atuarial	22.430	253.671		
Custo do serviço comum	182	10.652		
Contribuições de participantes vendidas no ano	(115.757)	(726.793)		
Benefícios pagos líquidos	20.355	574.506		
Resultado de obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes	271.217	3.148.553		
Valor presente de obrigação atuarial no final do exercício	230.395	3.087.267		
Rendimento esperado no ano	27.109	311.069		
Contribuições normais recebidas pelo plano			142	142
Participantes			50	50
Pagamento de benefícios	(15.757)	(225.839)		
Resultado de obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes	13.447	217.027		
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	316.274	3.305.454		
(-) Valor do passivo(Ativo) atuarial líquido	(45.057)	(246.801)		
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	45.057	246.801		
(+) Passivo(Ativo) atuarial líquido reconhecido				

	Contribuidores			
	2013	2012	2013	2012
	PRE-Telmar	PRE-Telmar	TelmarPrev	TelmarPrev
CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS				
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	2.632.467	22.229		
Obrigações atuariais com benefícios a conceder	1.895			
(+) Total do valor presente das obrigações atuariais	2.634.362	22.229		
Valor justo dos ativos do plano	(5.496.507)	(5.289.438)		
(-) Passivo(Ativo) atuarial líquido	(2.862.145)	(5.267.209)		
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	2.862.145	5.267.209		
(+) Passivo(Ativo) atuarial líquido reconhecido				

	Contribuidores			
	2013	2012	2013	2012
	PRE-Telmar	PRE-Telmar	TelmarPrev	TelmarPrev
CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS				
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	3.362.914	28.158		
Obrigações atuariais com benefícios a conceder	2.412			
(+) Total do valor presente das obrigações atuariais	3.365.326	28.158		
Valor justo dos ativos do plano	(5.289.438)	(5.289.438)		
(-) Passivo(Ativo) atuarial líquido	(1.924.112)	(5.261.280)		
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	1.924.112	5.261.280		
(+) Passivo(Ativo) atuarial líquido reconhecido				

	Contribuidores			
	2013	2012	2013	2012
	PRE-Telmar	PRE-Telmar	TelmarPrev	TelmarPrev
CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS				
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	2.838.487	22.229		
Obrigações atuariais com benefícios a conceder	1.895			
(+) Total do valor presente das obrigações atuariais	2.840.382	22.229		
Valor justo dos ativos do plano	(5.496.507)	(5.289.438)		
(-) Passivo(Ativo) atuarial líquido	(2.656.125)	(5.267.209)		
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	2.656.125	5.267.209		
(+) Passivo(Ativo) atuarial líquido reconhecido				

	Contribuidores			
	2013	2012	2013	2012
	PRE-Telmar	PRE-Telmar	TelmarPrev	TelmarPrev
CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS				
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	2.838.487	22.229		
Obrigações atuariais com benefícios a conceder	1.895			
(+) Total do valor presente das obrigações atuariais	2.840.382	22.229		
Valor justo dos ativos do plano	(5.496.507)	(5.289.438)		
(-) Passivo(Ativo) atuarial líquido	(2.656.125)	(5.267.209)		
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	2.656.125	5.267.209		
(+) Passivo(Ativo) atuarial líquido reconhecido				

	Contribuidores			
	2013	2012	2013	2012
	PRE-Telmar	PRE-Telmar	TelmarPrev	TelmarPrev
CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS				
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	2.838.487	22.229		
Obrigações atuariais com benefícios a conceder	1.895			
(+) Total do valor presente das obrigações atuariais	2.840.382	22.229		
Valor justo dos ativos do plano	(5.496.507)	(5.289.438)		
(-) Passivo(Ativo) atuarial líquido	(2.656.125)	(5.267.209)		
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	2.656.125	5.267.209		
(+) Passivo(Ativo) atuarial líquido reconhecido				

	Contribuidores			
	2013	2012	2013	2012
	PRE-Telmar	PRE-Telmar	TelmarPrev	TelmarPrev
COMPONENTE DE DESPESA (RECEITA) DO BENEFÍCIO				
Custo do serviço comum	235	131	10.148	9.183
Valor sobre as obrigações atuariais	23.312	22.430	265.625	247.633
Rendimento dos ativos do plano	(27.324)	(29.109)	(295.964)	(303.950)
Valor sobre o passivo oneroso	4.005	6.667	21.358	58.445
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido	(228)	(160)	(10.148)	(9.293)
Total de despesa (receita) reconhecida				

	Contribuidores			
	2013	2012	2013	2012
	BTPREV	TCPREV	PRE-Telmar	TelmarPrev
COMPONENTE DE DESPESA (RECEITA) DO BENEFÍCIO				
Custo do serviço comum	133	123	235	11.895
Valor sobre as obrigações atuariais	215	142	21.312	272.072
Rendimento dos ativos do plano	(129)	(364)	(27.324)	(294.198)
Valor sobre o passivo oneroso	4.005	6.667	21.358	58.445
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido			(228)	(11.895)
Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados	219	(110)		
Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes	(656)	130		
Total de despesa (receita) reconhecida	(437)	20		

	Contribuidores			
	2013	2012	2013	2012
	PRE-Telmar	PRE-Telmar	TelmarPrev	TelmarPrev
COMPONENTE DE DESPESA (RECEITA) DO BENEFÍCIO				
Custo do serviço comum	131	10.148		
Valor sobre as obrigações atuariais	22.430	265.625		
Rendimento dos ativos do plano	(29.109)	(303.950)		
Valor sobre o passivo oneroso	6.667	58.445		
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido	(160)	(9.293)		
Total de despesa (receita) reconhecida				

	Contribuidores			
	2013	2012	2013	2012
	BTPREV	TCPREV	PRE-Telmar	TelmarPrev
PRINCIPAIS PREMISAS ATUARIAIS UTILIZADAS				
Taxa nominal de desconto de obrigação atuarial	11,33%	11,33%	11,33%	11,33%
Taxa estimada de inflação	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%
Índice de aumento salarial nominal estimado	7,82%	7,97%	7,97%	5,5% e 10,9%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	11,33%	11,33%	11,33%	11,33%
Taxa biométrica de mortalidade geral	AT7000	AT7000	AT7000	AT7000
Taxa biométrica de mortalidade de invalidez	Zimmermann	Zimmermann	Zimmermann	Zimmermann
Taxa biométrica de mortalidade de invalidez	Nichuaga	Nichuaga	Nichuaga	Nichuaga
Taxa de rotatividade	0%	0%	0%	0% e 14,7%

	Contribuidores			
	2013	2012	2013	2012
	PRE-Telmar	PRE-Telmar	TelmarPrev	TelmarPrev
PRINCIPAIS PREMISAS ATUARIAIS UTILIZADAS				
Taxa nominal de desconto de obrigação atuarial	8,99%	8,99%		
Taxa estimada de inflação	4,50%	4,50%		
Índice de aumento salarial nominal estimado	8,99%	4,9% e 14,95%		
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,50%	4,50%		
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	8,99%	9,92%		
Taxa biométrica de mortalidade geral	AT7000	AT7000		
Taxa biométrica de mortalidade de invalidez	Zimmermann	Zimmermann		
Taxa biométrica de mortalidade de invalidez	Nichuaga	Nichuaga		
Taxa de rotatividade	0%	0%		

Taxa de rendimento nominal sobre o ativo do plano	0,52%	0,52%
Taxa biométrica de mortalidade geral	AT7000	AT7000
Taxa biométrica de anuidade em invalidez	Zimmermann	Zimmermann
Taxa biométrica de mortalidade de invalidez	Nichuaga	Nichuaga
	Winkowski	Winkowski
Taxa de rotatividade	Nula	11,55%

INFORMAÇÕES ADICIONAIS – 2013

a) Os dados referentes dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2013.

b) Os dados cadastrais utilizados para os Planos de FAPL é de 31 de agosto de 2013, projetados para 31 de dezembro de 2013.

TELEMAR NORTE LESTE S.A.

CNPJ 33.000.116/0001-79

continuação

Controladora			
2013	2012	2011	2010
PBS-A	PBS-TNCP	CELPREV	
MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO			
Valor presente de obrigação atuarial no início do exercício	3.382.914	28.870	128
Justo sobre obrigação atuarial	237.648	2.454	11
Custo do serviço corrente	62	82	5
Benefícios pagos líquidos	(299.653)	(1.828)	172
Contribuições de participantes vertidas no ano		23	6
Resultado de obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes	(412.206)	(5.013)	(32)
Valor presente de obrigação atuarial no final do exercício	2.838.667	24.187	117
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	5.298.438	53.299	1.823
Rendimento esperado no ano	458.913	4.064	172
Contribuições normais recebidas pelo plano		62	9
Petrobrás		39	4
Participantes		23	5
Pagamento de benefícios	(290.863)	(1.828)	172
Resultado de obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes	38.002	(10.784)	(446)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	5.496.890	48.312	1.859
(+) Valor do passivo(ativo) atuarial líquido	(2.658.223)	(21.116)	(1.041)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	2.254.678	21.116	1.041
(-) Passivo(ativo) atuarial líquido	(290.816)		
Provisão para ativo de restrição jurídica	293.215		
(+) Passivo(ativo) atuarial líquido reconhecido			
MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO			
Valor presente de obrigação atuarial no início do exercício	2.843.314	33.820	157
Justo sobre obrigação atuarial	285.096	2.301	16
Custo do serviço corrente	44	44	7
Benefícios pagos líquidos	(252.948)	(1.810)	37
Contribuições de participantes vertidas no ano		37	4
Resultado de obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes	448.022	4.778	(56)
Valor presente de obrigação atuarial no final do exercício	3.382.914	33.870	128
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	4.493.346	40.060	1.657
Rendimento esperado no ano	452.773	4.068	171
Contribuições normais recebidas pelo plano		68	8
Petrobrás		22	4
Participantes		39	4
Pagamento de benefícios	(252.948)	(1.810)	37
Resultado de obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes	594.267	10.714	96
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	5.298.438	53.299	1.823
(+) Valor do passivo(ativo) atuarial líquido	(1.828.824)	(24.729)	(1.061)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	1.828.824	24.729	1.061
(-) Passivo(ativo) atuarial líquido	(301.189)		
Provisão para ativo de restrição jurídica	301.189		
(+) Passivo(ativo) atuarial líquido reconhecido			
DESPESA (RECEITA) RECONHECIDA NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
2013	2012	2011	2010
PBS-A	PBS-TNCP	CELPREV	
Justo sobre as obrigações atuariais	287.648	235.806	
Rendimento dos ativos do plano	(458.913)	(432.773)	
Justo sobre o passivo oneroso	144.422		
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido	29.778	166.877	
Total da despesa (receita) reconhecida			
DESPESA (RECEITA) RECONHECIDA NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
2013	2012	2011	2010
PBS-A	PBS-TNCP	CELPREV	
Custo do serviço corrente	62	82	5
Justo sobre as obrigações atuariais	287.648	2.464	11
Rendimento dos ativos do plano	(458.913)	(4.064)	(171)
Justo sobre o passivo oneroso	144.422	2.106	160
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido	29.778	(80)	(6)
Total da despesa (receita) reconhecida			
DESPESA (RECEITA) RECONHECIDA NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
2013	2012	2011	2010
PBS-A	PBS-TNCP	CELPREV	
Custo do serviço corrente	44	44	7
Justo sobre as obrigações atuariais	285.096	2.301	16
Rendimento dos ativos do plano	(452.773)	(4.068)	(171)
Justo sobre o passivo oneroso	144.422	1.784	155
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido	108.877	(40)	(7)
Total da despesa (receita) reconhecida			
PRINCIPAIS PREMISAS ATUARIAIS UTILIZADAS			
2013	2012	2011	2010
PBS-A	PBS-TNCP	CELPREV	
Taxa nominal de desconto de obrigação atuarial	11,03%	11,03%	11,03%
Taxa estimada de inflação	5,50%	5,50%	5,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	N/A	10,92%	8,95%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	5,50%	5,50%	5,50%
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	N/A	N/A	N/A
Taxa de crescimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	11,03%	11,03%	11,03%
Taxa biométrica de mortalidade geral	AT2000	AT2000	AT2000
Taxa biométrica de mortalidade de invalidez	Zimmermann	Zimmermann	Zimmermann
Taxa biométrica de mortalidade de invalidez	Whitlows	Whitlows	Whitlows
Taxa de início dos benefícios	N/A	N/A	50 anos
Taxa de resiliência	N/A	N/A	N/A
PRINCIPAIS PREMISAS ATUARIAIS UTILIZADAS			
2013	2012	2011	2010
PBS-A	PBS-TNCP	CELPREV	
Taxa nominal de desconto de obrigação atuarial	8,50%	8,50%	8,50%
Taxa estimada de inflação	4,50%	4,50%	4,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	N/A	8,94%	6,50%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,50%	4,50%	4,50%
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	N/A	N/A	N/A
Taxa de crescimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	11,03%	10,97%	11,03%
Taxa biométrica de mortalidade geral	AT2000	AT2000	AT2000
Taxa biométrica de mortalidade de invalidez	Zimmermann	Zimmermann	Zimmermann
Taxa biométrica de mortalidade de invalidez	Whitlows	Whitlows	Whitlows
Taxa de início dos benefícios	N/A	N/A	50 anos
Taxa de resiliência	N/A	N/A	N/A
INFORMAÇÕES ADICIONAIS - 2013			
a) Os ativos e passivos do plano estão posicionados em 31 de dezembro de 2013.			
b) Os dados estatísticos utilizados para o cálculo do SISEL são de 31 de julho de 2013 e o PRAMEC é de 31 de outubro de 2013, pretendendo para 31 de dezembro de 2013.			
Os valores acima não consideram os ativos e passivos do plano PRAMA, pelo fato de ser multipatrocinado e compartilhar os planos de "contribuição definida" (o pagamento dos benefícios está limitado ao montante das contribuições recebidas pelo plano). Não incluindo quaisquer obrigações além dos setores custeáveis.			
Políticas de investimento das planas			
A estratégia de investimento das planas de benefício está descrita em sua política de investimento, a qual é aprovada anualmente pelo conselho deliberativo dos fundos patrocinados. Ela define que as decisões de investimento devem considerar: (i) a preservação do capital; (ii) a diversificação das aplicações; (iii) a identificação e risco segundo promessas conservadoras; (iv) a taxa esperada de retorno em função da antiguidade atuarial;			

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A

Nire: 33300152580

Protocolo: 0020141532092 - 08/05/2014

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 08/05/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: 0A3BDA117E385F96905D4F80EEA3FFDC7F2F19AA1EDABEE7F9FE5F58EC0D3F8

Arquivamento: 00002620711 - 08/05/2014

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

TELEMAR NORTE LESTE S.A.
CNPJ 33.000.118/0001-79

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Zakari Abdeln Mohamed Bava (Presidente)
Eurico de Jesus Teles Neto (Diretor)
Bayard De Paoli Gontijo (Diretor)CONSELHO
Maurício Antônio Lual Gomes
CFC-RJ 003.162

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ata
Diretores e Ações da
Telemar Norte Leste S.A.
Rio de Janeiro - RJ
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Telemar Norte Leste S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Controlada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações de resultados, do resultado abrangente, das mudanças do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras
A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelas políticas contábeis que ela determinou como necessárias para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente de distorção por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas para auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência em relação aos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima relatadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Telemar Norte Leste S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas
Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas acima relatadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Telemar Norte Leste S.A. em 31 de dezembro de 2013, e o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Representação dos valores correspondentes
Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2 (b), em decorrência da adoção de nova política trazida pelo CPC 19 (R2) - Negócios em conjunto, os valores correspondentes consolidados, relativos ao balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo representados como previsto no CPC 23 - Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 25 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Diferença entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS
Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Telemar Norte Leste S.A., essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria usado o valor justo. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Rio de Janeiro, 7 de abril de 2014.

KPMG Auditores Independentes
KPMG - CRC SP 0144780-9/RJ
José Luiz de Souza Gurgel
Contador CRC RJ-0873590-4



WERNER FÁBRICA DE TECIDOS S.A.

CNPJ nº 33.022.203/0001-38

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Essas demonstrações em conformidade com as determinações legais e estatutárias, submetidas à apreciação de V. Exs. as demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012. Ficamos inteiramente à disposição dos Srs. acionistas para prestar-lhes os esclarecimentos que julgarmos necessários. A Diretoria.

BALANÇOS PATRIMONIAIS FUNDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	2013	2012
ATIVO		
CIRCULANTE	29.812	29.812
Caixa e bancos	620	78
Aplicações financeiras	1.063	1.439
Contas a receber de clientes	10.628	17.238
Investimento temporário	-	-
Estoques	21.886	10.557
Despesas antecipadas	142	100
Outros valores e bens	1.693	1.149
NÃO CIRCULANTE	13.128	12.214
Conta-corrente coligadas	1.431	4.288
Depósitos judiciais	178	178
Outros valores e bens	23	23
Investimentos	6.310	7.148
Imobilizado	6.012	6.370
Intangível	201	272
TOTAL DO ATIVO	42.940	42.026
PASSIVO		
CIRCULANTE	29.812	29.812
Fornecedores	13.274	21.431
Emprestados e financiamentos	14.642	10.803
Salários e encargos trabalhistas	484	474
Impostos, taxas e contribuições	590	642
Contas a pagar	680	645
Provisões	580	645
NÃO CIRCULANTE	13.092	12.232
Conta-corrente coligadas e ações	6.013	9.840
Impostos, taxas e contribuições	862	1.187
Contas a pagar	187	961
Emprestados e financiamentos	5.946	3.718
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20.278	22.214
Capital social	11.503	11.503
Reservas de capital	363	366
Reservas de lucro	11.804	10.905
TOTAL DO PASSIVO	42.940	42.026

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 11.639/07 e a Lei nº 11.941/09), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A empresa não está apresentando a demonstração do resultado abrangente por não possuir nenhuma movimentação, além do próprio resultado do exercício. O capital social está representado por 11.503.270 ações ordinárias nominativas, de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada.

Ludovico Landau Remy - Diretor Presidente
Henrique Landau Remy - Diretor Vice-Presidente

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

2013 2012

Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Pré-lucro) Lucro líquido do exercício	121	478
Ajustes para conciliar o resultado		
Variação de equivalência patrimonial	(2.674)	(607)
Depreciações e amortizações	1.323	1.321
Provisão para dividendos divididos	(41)	480
Resultado da venda de imobilizado	(301)	-
Ajustes de avaliações patrimoniais	1	-
Ajustes de exercícios anteriores	(37)	(18)
(Aumento) redução no ativo circulante e não circulante	3.652	(8.000)
Aumento (redução) no passivo circulante e não circulante	(2.534)	506
Fluxo líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	(181)	(818)
Fluxo líquido gerado (aplicado) pelas atividades de investimentos		
Fluxo líquido gerado (utilizado) pelas atividades de investimentos	278	3.392
Aumento (redução) líquido das disponibilidades em caixa e equivalentes no início do exercício	1.816	2.787
Saldo de caixa e equivalentes no final do exercício	2.063	1.518

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

Em milhares de reais

	Reserva de Capital	Reserva de Lucros	Lucro a Realizar	Reserva de Retenção	Ajustes de Exercícios Anteriores	Lucro Acumulado	Total
Saldo em 31/12/2011	11.503	314	704	3.295	5.890	-	21.717
Reversão de dividendos obrigatórios	-	-	-	-	812	-	812
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-	(18)	-	(18)
Res. abrangente e lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	478	478
Saldo em 31/12/2012	11.503	314	704	3.295	6.764	-	23.580
Reversão de dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	(133)	(133)
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-	(37)	-	(37)
Lucro a Realizar	-	-	500	-	1	-	501
Res. abrangente e lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	121	121
Saldo em 31/03/2013	11.503	314	734	3.295	6.764	1	23.754

Ludovico Landau Remy - Diretor Presidente
Henrique Landau Remy - Diretor Vice-Presidente
Luiz Fernando D'Águla - Diretor Executivo
Paulo Roberto Moniz - TC - CRC/RJ 0562760-1

AUTOESTIMA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 16.011.142/0001-06

Balanço Patrimonial em 31/12/2013

Em milhares de reais

	2013	2012
ATIVO		
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	14.332	14.332
Participações em sociedades	4	20
Ganho em participação societária	14.332	14.332
TOTAL DO ATIVO	28.668	28.682
PASSIVO		
CIRCULANTE		
Contas a pagar	20	20
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	14.332	14.332
Lucro acumulado	14.332	14.332
TOTAL DO PASSIVO	28.668	28.682

Luiz Cristino Vales - CPF 021.822.547-64 - Presidente
Reginaldo Ballester de Azeite - CPF 011.540.037-20 - Vice-Presidente

Alvaro Campos de Souza - CPF 019.756.757-40 - CRC/RJ 014.020-0

Demonstrações do Resultado Exercícios Findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2013 2012

Ganho de avaliação patrimonial	14.332	14.332
Lucro líquido	14.332	14.332
Despesas operacionais: Equivalência patrimonial	4	(1.000)
Lucro antes do imposto de renda e de contribuição social	14.332	14.332
Imposto de renda e contribuição social	-	-
Lucro líquido (aplicado) do exercício	14.332	14.332
Lucro líquido básico por ação	14,33	14,33

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2013 2012

2013 2012

2013 2012

2013 2012

2013 2012

2013 2012

2013 2012

2013 2012

2013 2012

2013 2012

2013 2012

2013 2012

2013 2012

2013 2012

2013 2012

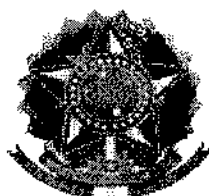
2013 2012

2013 2012

2013 2012

2013 2012

2013 2012

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - RJ****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - RJ** CERTIFICA que o profissional identificado no presente documento encontra-se em situação **REGULAR** neste Regional, apto ao exercício da atividade contábil nesta data, de acordo com as suas prerrogativas profissionais, conforme estabelecido no art. 25 e 26 do Decreto-Lei n.º 9.295/46.

Informamos que a presente certidão não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que, posteriormente, venham a ser apurados contra o titular deste registro, bem como não atesta a regularidade dos trabalhos técnicos elaborados pelo profissional da Contabilidade.

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE RJ**

Certidão n.º: RJ/2014/00017859

Nome: MARCELO ANTONIO LEAL GOMES CPF: 023.372.847-35

CRC/UF n.º RJ-083182/O Categoria: CONTADOR

Validade: 19.08.2014

Finalidade: BALANÇO PATRIMONIAL, REGISTRADO NA JUNTA COMERCIAL

Confirme a existência deste documento na página WWW.CRC.ORG.BR, mediante número de controle a seguir:

CPF : 023.372.847-35 Controle : 3358.3671.3985.4299

TELEMAR NORTE LESTE S/A

CNPJ/MF 33.000.118/0001-79

NIRE 33 300 152580

9

**Ata da ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
realizada no dia 30 de abril de 2014**

(Lavrada na forma de sumário conforme faculta o art. 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76)

1. LOCAL, DATA E HORA: Realizada na sede da Telemar Norte Leste S.A. ("Companhia"), localizada na Rua do Lavradio, 71, 2º andar - Centro, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20230-070, no dia 30 (trinta) de abril de 2014, às 8hs.

2. ORDEM DO DIA: Assembleia Geral Ordinária: (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, acompanhados do parecer dos auditores independentes; (ii) Examinar, discutir e votar a Proposta da Administração para a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013; (iii) Reconduzir os membros da Diretoria da Companhia; e (iv) Fixar a remuneração global anual dos Administradores da Companhia para o exercício de 2014. Assembleia Geral Extraordinária: (i) Aprovar o aumento do limite de garantias.

3. CONVOCAÇÃO: Dispensada, nos termos do §4º do art. 124 da Lei nº 6.404/76, face à presença da acionista representante da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura constante do Livro de Presença de Acionistas.

4. PRESENÇA: Acionista da Companhia representando 100% do capital social, conforme assinatura constante do Livro de Presença de Acionistas.

5. MESA: Como Presidente, o Sr. Bayard De Paoli Gontijo; e, como Secretária, a Sra. Luciana de Assis Serra Alves.

6. DELIBERAÇÕES: Após autorizada a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária em forma de sumário, foram examinadas as matérias da Ordem do Dia e tomadas as seguintes deliberações pela acionista representando 100% do capital social da Companhia:

Em Assembleia Geral Ordinária:

- (i) Aprovar o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras, acompanhados do parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de

6

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa : TELEMAR NORTE LESTE S/A

Nire : 33300152580

Protocolo : 0020141532092 - 08/05/2014

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/05/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação : BA3BDA117E385F98905D4F80EEA3FFDC72F219AA1EDABEE7F9FE5F58EC0D3F8

Arquivamento : 00002820711 - 08/05/2014

Valéria G. M. Serra

Secretária Geral

dezembro de 2013, publicadas nas edições do dia 09 de abril de 2014 do Brasil Econômico e do Diário Oficial do Rio de Janeiro, respectivamente nas páginas 13 a 30 e 3 a 19.

- (ii) Em conformidade com a proposta da Administração constante das Demonstrações Financeiras de 2013, aprovar a destinação do Lucro Líquido do Exercício no montante de R\$ 761.129.560,82 (setecentos e sessenta e um milhões, cento e vinte e nove mil, quinhentos e sessenta reais e oitenta e dois centavos), acrescidos dos Lucros Acumulados de R\$ 112.719,70 (cento e doze mil, setecentos e dezenove reais e setenta centavos) e da reversão da Reserva de Lucros de Incentivos Fiscais de R\$ 12.728.088,61 (doze milhões, setecentos e vinte e oito mil, oitenta e oito reais e sessenta e um centavos), que se dará da seguinte forma: (1) para constituição da Reserva Legal, o valor de R\$ 38.056.478,04 (trinta e oito milhões, cinquenta e seis mil, quatrocentos e setenta e oito reais e quatro centavos); (2) para constituição da Reserva de Investimentos, o valor de R\$ 413.225.748,56 (quatrocentos e treze milhões, duzentos e vinte e cinco mil, setecentos e quarenta e oito reais e cinquenta e seis centavos), com base no artigo 196 da Lei 6.404/76; e (3) para o pagamento de dividendos mínimos estatutários atribuídos às ações preferenciais classe "A", conforme preveem os artigos 9º, §1º, "a" e 34 do Estatuto Social da Companhia, o valor de R\$ 322.688.142,53 (trezentos e vinte e dois milhões, seiscentos e oitenta e oito mil, cento e quarenta e dois reais e cinquenta e três centavos).
- (iii) Foi aprovada a recondução dos atuais membros da Diretoria da Companhia, tendo em vista o término do mandato em curso. Assim sendo, são reconduzidos aos cargos de Diretores da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2017: (1) como Diretor Presidente, o Sr. **ZEINAL ABEDIN MAHOMED BAVA**, português, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade RNE nº. V319950-0, expedida pela CIMCRE/CGPMAF, inscrito no CPF/MF sob o nº 057.368.807-92, com endereço comercial à Rua Humberto de Campos, nº. 425, 8º andar, Leblon, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, o qual tomará posse do cargo e assumirá suas funções imediatamente após à obtenção da devida autorização pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE; (2) como Diretor de Finanças, o Sr. **BAYARD DE PAOLI GONTIJO**, brasileiro, casado, Administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade nº 08.484.929-1 IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 023.693.697-28, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Rua Humberto de Campos, 425, 8º andar - Leblon; e (3) como Diretor sem designação específica, o Sr. **EURICO DE JESUS TELES NETO**, brasileiro, casado,

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa : TELEMAR NORTE LESTE S/A
Nire : 33300152580
Protocolo : 0020141532092 - 08/05/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/05/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação : BA3BDA117E365F96905D4F80EEA3FFDC72F219AA1EDABEE7F9FE5F58EC0D3F8
Arquivamento : 00002820711 - 08/05/2014

advogado, portador da Carteira de Identidade nº. 0002709809 SSP-BA, inscrito no CPF sob o nº. 131.562.505-97, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Rua Humberto de Campos, 425, 8º andar - Leblon. Os Srs. Eurico de Jesus Teles Neto e Bayard De Paoli Gontijo firmaram os respectivos Termos de Posse, na presente data, e o Sr. Zeinal Abedin Mahomed Bava tomará posse do cargo e assumirá suas funções imediatamente após à obtenção da devida autorização pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. Os Diretores declaram não estar incurso em qualquer dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer os cargos para os quais foram eleitos, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76.

- (iv) Aprovar o valor global de Remuneração para a Administração da Companhia no exercício de 2014, no valor de até R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Em Assembleia Geral Extraordinária:

- (i) Aprovar a proposta de aumento do limite já aprovado para a contratação de garantias (incluindo, mas não se limitando, fiança bancária e seguro-garantia) para processos judiciais e/ou administrativos, para a Oi S.A. e suas controladas. A proposta compreende a autorização para a assinatura de contratos, apólices e termos em geral, necessários para contratação das garantias, bem como a concessão de garantia fidejussória por parte da Oi S.A., Oi Móvel S.A. e/ou da Companhia em favor de suas controladas, diretas e/ou indiretas.

7. ENCERRAMENTO: Não havendo qualquer outro pronunciamento, o Presidente da Mesa considerou encerrados os trabalhos da presente Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, determinando que fosse lavrada a presente ata, em forma de sumário, conforme facultado pelo artigo 130, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/76. ASSINATURAS: Bayard De Paoli Gontijo – Presidente; Luciana de Assis Serra Alves – Secretária; AÇIONISTA – Oi S.A., representada por Bayard De Paoli Gontijo e Eurico de Jesus Teles Neto.

A presente certidão é cópia fiel da ata, lavrada em livro próprio.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2014.


Luciana de Assis Serra Alves
Secretária

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa : TELEMAR NORTE LESTE S/A
NIRE : 33300152580
Protocolo : 0020141532092 - 08/05/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 08/05/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação : BA3BDA117E385F96905D4F80EEA3FFDC72F219AA1EDABEE7F9FE5F58EC0D3F8
Arquivamento : 00002820711 - 08/05/2014


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

c) Secretaria de Estado da Casa Civil.

§ 3º - Os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal deverão ser diplomados em curso de nível universitário e ser investidos nos seus cargos mediante assinatura de termo de posse em livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a partir da data de emissão da comunicação oficial expedida pela Empresa.

Art. 29 - Os membros do Conselho Fiscal terão os mesmos deveres, responsabilidades e competência previstos para os Conselheiros Fiscais da Lei das Sociedades por Ações e no Decreto nº 21.788 de 24/11/95, aplicando-lhes, ainda, o disposto no § 6º do Art. 77 da Constituição Estadual, competindo-lhes ademais:

I - eleger seu Presidente, na primeira reunião realizada após a posse, devendo o resultado ser comunicado à Auditoria Geral do Estado, no prazo de 10 (dez) dias de sua nomeação.

II - manifestar-se, mensalmente, sobre o relatório da Auditoria Interna, recomendando à Diretoria a adoção de medidas corretivas que julgar convenientes, devendo proceder do mesmo modo em relação aos relatórios e pareceres da Auditoria Externa, quando houver.

III - apresentar parecer conclusivo aprovando ou não as contas da Empresa, ao término de seu período de atuação, independentemente do mesmo procedimento a ser adotado quando do encerramento do exercício financeiro.

Art. 30 - Os membros do Conselho Fiscal reunir-se-ão uma vez por mês, em caráter ordinário, podendo ser extraordinariamente convocados por qualquer um de seus membros ou pelo Presidente do Conselho de Administração.

Parágrafo Único - Caberá ao Presidente da Empresa indicar um funcionário qualificado para secretariar o Conselho Fiscal.

CAPÍTULO IX REMUNERAÇÃO

Art. 31 - Os membros do Conselho de Administração farão jus a uma remuneração mensal, fixada pela Assembleia Geral, no valor equivalente a 20% (vinte por cento) da média da remuneração mensal atribuída aos membros da Diretoria da Empresa.

Parágrafo Único - A Secretária do Conselho de Administração fará jus a uma remuneração mensal, fixada pela Assembleia Geral, no valor equivalente a 10% (dez por cento) da média da remuneração da Diretoria da Empresa.

Art. 32 - A remuneração do Diretor-Presidente respeitará o limite estabelecido à do Governador do Estado, observando o art. 37, XI, da Constituição Federal e os dos demais Diretores em valor correspondente a 80% (oitenta por cento) do Diretor-Presidente.

Parágrafo Único - Os Diretores farão jus aos benefícios sociais concedidos aos empregados da Empresa.

Art. 33 - Os membros efetivos do Conselho Fiscal farão jus a uma remuneração mensal equivalente a 15% (quinze por cento) da média daquela atribuída à Diretoria da Empresa.

Parágrafo Único - O suplente que venha a substituir o membro efetivo fará jus à percepção da remuneração atribuída ao titular.

Art. 34 - O empregado eleito para integrar a Diretoria terá suspenso seu contrato de trabalho durante o período de gestão, sendo assegurado o seu retorno ao cargo efetivo.

Art. 35 - Os Administradores não farão jus ao PIS/PASEP, devendo a Empresa, contudo, recolher o respectivo FGTS.

Art. 36 - Considerando que não existe relação de emprego entre Empresa e Diretores e que, portanto, os mesmos não fazem jus ao 13º salário, será atribuída uma gratificação única do mesmo valor, a ser paga no mês de dezembro de cada ano, proporcionalmente ao número de meses em que o Diretor tiver exercido o seu mandato, vedada a atribuição de qualquer outra parcela remuneratória a qualquer título.

Art. 37 - É facultado aos membros da Diretoria gozar, a título de prêmio, após um ano de mandato, licença de um mês, sem prejuízo da percepção de sua remuneração.

Parágrafo Único - A licença será concedida pelo Conselho de Administração, observada, na sua concessão, a época que melhor atenda aos interesses da Empresa.

Art. 38 - Os Administradores requisitados a outros órgãos e que optarem pela remuneração de origem, receberão uma gratificação correspondente a 30 % (trinta por cento) daquela que lhes seria atribuída na Empresa.

CAPÍTULO X

EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Art. 39 - O exercício social da Empresa abrange o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

Art. 40 - As demonstrações financeiras serão levantadas com observância das prescrições da Lei das Sociedades Anônimas. Após efetuadas as amortizações necessárias, dos lucros serão deduzidos 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, até que esta atinja 20% (vinte por cento) do Capital Social, na forma da lei, 10% para o fundo de reserva industrial até que esta atinja 10% (dez por cento) do Capital Social e 5% para o fundo de reserva administrativo até que esta atinja 8% (oito por cento) do Capital Social.

Parágrafo Único - A Empresa poderá levantar balanços trimestrais ou semestrais.

CAPÍTULO XI EMPREGADOS DA EMPRESA

Art. 41 - O regime jurídico dos empregados da Empresa será o da Legislação Trabalhista.

Art. 42 - Observado o disposto no artigo 22 e seus parágrafos do Decreto-Lei nº 239, de 21.07.75, a prévia aprovação pela Assembleia Geral é condição de validade de qualquer alteração de contrato de trabalho ou função de confiança que acarrete quaisquer ônus para a Empresa, passíveis de extensão, inclusive por efeito reflexo, à generalidade dos empregados ou a componentes de uma ou mais categorias de celetistas.

Parágrafo único - Prescindirão da prévia aprovação pela Assembleia Geral os acordos e transações nas reclamações plúrimas ou individuais em que, a toda evidência, não haja a repercussão a que se refere a segunda parte do *caput* deste artigo, bem assim as promoções de vantagens de sistema preestabelecido.

Art. 43 - A Empresa estabelecerá, em instrumento próprio, políticas, diretrizes e normas dispondo sobre a admissão, provimento de cargo ou função de confiança, acesso, vantagens, cargos e salários, quadro básico de pessoal, treinamento, medicina, higiene, segurança do trabalho, direitos e deveres, devidamente registrado no Ministério do Trabalho ou em outro órgão de valor jurídico equivalente.

Parágrafo único - A Empresa deverá possuir órgão de Recursos Humanos, situado no segundo escalão da sua estrutura organizacional, gerenciado por profissional de nível universitário, especializado na área, cuja função será administrar e permitir a implementação de medidas estabelecidas no *caput* deste artigo.

Art. 44 - A admissão na Empresa será realizada mediante aprovação em concurso público nos níveis salariais iniciais de cada cargo.

Art. 45 - Os Diretores da Empresa serão pessoalmente responsáveis pela observância do disposto nestes artigos, sujeitando-se à reposição das importâncias que venham a ser pagas, a qualquer título, a empregados contratados sem o preenchimento dos requisitos aqui previstos.

Art. 46 - O empregado só poderá ser cedido para órgão da administração direta e indireta federal, estadual e municipal ou, em caráter excepcional e desde que ressarcidos os custos correspondentes, à entidade de previdência complementar de que seja patrocinadora, pelo período de 2 (dois) anos, permitida a renovação.

Parágrafo Único - Excetuada a regra específica de que trata o *caput*, referente às cessões para as entidades de previdência complementar, caberá ao Conselho de Administração definir em que casos a cessionária deverá reembolsar a cedente do valor da remuneração do empregado, acrescida dos respectivos benefícios e encargos.

CAPÍTULO XII AUDITORIA

Art. 47 - A Empresa deverá possuir, em sua estrutura, um sistema de Auditoria Interna subordinado diretamente ao Diretor-Presidente, adotando as medidas corretivas necessárias (Art. 45 do Estatuto).

CAPÍTULO XIII DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 48 - Em caso de extinção da Empresa, o seu patrimônio líquido reverterá ao Estado do Rio de Janeiro, ressalvados, porém, os direitos dos sócios que, eventualmente venham a ser admitidos.

Art. 49 - A concessão de quaisquer vantagens aos empregados, sob pena de responsabilidade patrimonial do dirigente-infrator, dependerá de prévia aprovação do Senhor Governador do Estado, sempre vinculada à disponibilidade de recursos.

CAPÍTULO XIV DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 50 - A Diretoria fará publicar, no Diário Oficial do Estado, depois de apreciados pelo órgão competente e aprovados pelo Governador do Estado:

I - O Regulamento de Licitações;

II - Os instrumentos estabelecidos de acordo com o Art. 43 deste Estatuto.

VIII - ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar o Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo a reunião pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, após o que foi a mesma lida, aprovada e assinada. LUCIANA DA COSTA MARTINS DE ALMEIDA, Presidente e representante do Estado do Rio de Janeiro. Valéria Maria Souto Meira Salgado, Secretária. Niterói, 30 de abril de 2014. Arquivada na JUCERJA nº. 2635137 em 11/06/2014.

Id: 1690689

QUEIROZ GALVÃO TECNOLOGIA EM DEFESA E SEGURANÇA S/A

CNPJ/MF nº 13.259.186/0001-40 - NIRE 33.300.297.014

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2014. 1. Local, Dia e Hora: Sede da Queiroz Galvão Tecnologia em Defesa e Segurança S/A ("Companhia"), no dia 30 de abril de 2014, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, à Rua Santa Luzia nº 651 - 2º andar - parte - Centro, às 15:00 horas. 2. Convocação e Presença: Convocação dispensada, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76, em virtude da presença dos acionistas representando a totalidade do capital social. 3. Mesa: Presidente: Bartolomeu Charles Lima Brederodes e Secretária: Rosa Cecília Araújo Figueiroa. 4. Ordem do Dia: Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2013; Eleição dos integrantes do Conselho de Administração. 5. Publicações do Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras: Diário Oficial/RJ e Jornal do Commercio, ambos do dia 16 de abril de 2014; 6. Deliberações: À unanimidade, os Acionistas decidiram: a) Nos termos do § 4º do artigo 133 da Lei 6.404/76, considerar sanada a inobservância da publicação mencionada no referido artigo; b) Sem restrições ou ressalvas, aprovar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, com o respectivo parecer dos Auditores Independentes; c) Aprovar a destinação do lucro líquido do exercício proposta pela Diretoria, no valor de R\$ 17.803.659,80 (dezesete milhões, oitocentos e três mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e oitenta centavos), conforme abaixo:

Reserva Legal	R\$	890.182,99
Reserva de Lucros a Realizar	R\$	16.913.476,81
Lucro do Exercício de 2013	R\$	17.803.659,80

d) Ratificar o pagamento dos dividendos efetuados durante o exercício de 2013 à conta de Reserva de Lucros de exercícios anteriores a 2013, no valor de R\$ 1.986.699,77, e constituir a distribuição de dividendos no valor de R\$ 16.913.476,81 referentes ao lucro do exercício de 2013, que serão pagos durante o presente exercício; e) Aceitar o pedido de renúncia do Presidente do Conselho de Administração, Ildefonso Colares Filho, eleger para o cargo vago o Sr. PETRÔNIO BRAZ JUNIOR, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da carteira de identidade de nº 43.208-D, expedida pelo CREA/MG, inscrito no CPF sob o nº 296.787.491-49, residente nesta cidade e domiciliado na Rua Santa Luzia nº 651 - 2º mezanino - Centro, Rio de Janeiro/RJ, e reeleger os demais integrantes, para um mandato de 1 (um) ano, a contar da presente data, ficando a composição do Conselho de Administração da seguinte forma: (i) Petrônio Braz Junior, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da carteira de identidade de nº 43.208-D, expedida pelo CREA/MG, inscrito no CPF sob o nº 296.787.491-49, residente nesta cidade e domiciliado na Rua Santa Luzia nº 651 - 2º mezanino - Centro, Rio de Janeiro/RJ, como Presidente do Conselho de Administração; (ii) Jones Pereira Reis, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/RJ sob o nº 74.749, e no CPF/MF sob o nº 601.835.867-00, residente nesta cidade e domiciliado na Rua Santa Luzia nº 651, 7º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ - CEP 20030-041, como Vice-Presidente do Conselho de Administração e (iii) Bartolomeu Charles Lima Brederodes, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade de nº 1.601.497, expedida pela SSP/PE, inscrito no CPF sob o nº 167.859.244-72, residente nesta cidade e domiciliado na Rua Santa Luzia nº 651, 7º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ - CEP 20030-041, como Conselheiro. Os integrantes do Conselho de Administração ora reeleitos declararam, sob as penas da lei, que (a) não estão impedidos por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no § 1º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; (b) atendem ao requisito de reputação ilibada, estabelecido pelo § 3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; e (c) não ocupam cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não têm, nem representam interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; sendo desde logo investidos nos cargos para os quais foram eleitos mediante a assinatura dos termos de posse lavrados em livro próprio e arquivados na sede da Companhia. Fica estabelecido que ao Conselho de Administração não será atribuída nenhuma remuneração; f) Aprovar a lavratura sumariada da Ata, determinando o arquivamento na Companhia, depois de rubricados pela mesa, dos documentos que interessam à Assembleia realizada. 7. Encerramento e data: Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lida e aprovada. Rio de Janeiro, 30 de abril de 2014. 8. Assinaturas: Presidente: Bartolomeu Charles Lima Brederodes; Secretária: Rosa Cecília Araújo Figueiroa; Nilton Marchetti e Rosa Cecília Araújo Figueiroa p/Construtora Queiroz Galvão S/A; André de Oliveira Cândia e Matheus Guimarães Antunes p/Queiroz Galvão Energia S/A; Integrantes do Conselho de Administração: Petrónio Braz Junior, Jones Pereira Reis e Bartolomeu Charles Lima Brederodes. "Confere com o original lavrado em livro próprio". Rosa Cecília Araújo Figueiroa - Secretária da Mesa. Jucerja - Reg. 00002632755 em 05/06/2014. Valéria G. M. Serra - Secretária-Geral.

Id: 1690276

BRASIL SALVAGE S.A.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE VISTÓRIAS E INSPEÇÕES

CNPJ 42.274.175/0001-37 - NIRE 3330005697-1

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 2014. Data, Hora e Local: Assembleia realizada às 16:00 horas do dia 14 de maio de 2014, na sede social da Brasil Salvage S.A. Sociedade Brasileira de Vistórias e Inspeções, localizada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Rua México, nº 111, 12º andar, Centro. **Convocação:** Conforme previsto no artigo 124 da Lei nº 6.404/76, os editais de convocação foram publicados no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro dos dias 06, 07 e 08 de

Maio de 2014 e no Diário Comercial dos dias 06, 07 e 08 de Maio de 2014. **Presença:** Presentes os acionistas representando mais de 50% do capital das ações com direito a voto: O Sr. João Carlos Guaraná Cruz Santos e Mirian Fátima França de Vasconcellos Sussekind, representada neste ato por Isabella França Barbeito de Vasconcellos Sussekind. **Publicações:** O Balanço Geral e as demais peças que o compõe, foram publicados no Diário Oficial do dia 06 de Maio 2014 e no Diário Comercial do dia 06 de Maio de 2014, consoante o disposto no artigo 133 da Lei nº 6.404/76. **Mesa:** Sr. João Carlos Guaraná Cruz Santos, Presidente. Sra. Isabella França B. de Vasconcellos Sussekind, Secretária. **Ordem do Dia:** Ficam convidados os Srs. Acionistas da Brasil Salvage S.A. Sociedade Brasileira de Vistórias e Inspeções, para comparecer à Assembleia Geral Ordinária que se realizará no dia 14 de maio de 2014, às 16:00 horas na sede social da Companhia, Rua México, 111, 12º andar, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **(a)** Aprovar relatório da Diretoria; **(b)** Aprovar as Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31/12/2013; **(c)** Fixação dos honorários da Diretoria; **(d)** Assuntos Gerais. **Aviso:** O aviso previsto no artigo 133 da Lei 6.404/76 foi publicado no Diário Oficial dos dias 06, 07 e 10 de março de 2014 e no Diário Comercial dos dias 04, 05 e 06 março de 2013. **Deliberações:** Os acionistas deliberaram, por unanimidade dos presentes: **(a)** Aprovar o relatório da Diretoria; **(b)** Aprovar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2013, sem qualquer ressalva. Por conta lucro líquido apurado no exercício de 31.12.2013 foram efetuadas as seguintes distribuições: **(I)** Distribuir dividendos no valor de R\$462.253,66 (Quatrocentos e sessenta e dois mil e duzentos e cinquenta e três reais e sessenta e seis centavos) no valor de R\$ 0,1312624 por ação por conta do lucro líquido apurado no final do exercício de 31.12.2013; **(II)** Distribuição de R\$63.034,60 (Sessenta e três mil, trinta e quatro reais sessenta centavos) como participação nos lucros para empregados; **(III)** O valor de R\$27.646,76 (Vinte e sete mil seiscentos e quarenta seis reais e setenta e seis centavos) para reserva legal. **(c)** Fixação dos Honorários dos Diretores: Os acionistas aprovaram a remuneração mensal do Diretor Presidente no valor de R\$12.320,00 (Doze mil trezentos e vinte reais) e dos demais Diretores no valor de R\$9.559,00 (Nove mil quinhentos e cinquenta e nove reais) mensais de 2014 a 2015. **(d)** Assuntos Gerais: **(I)** Por decisão da Diretoria será incluída à Brasil Salvage S.A. Sociedade Brasileira de Vistórias e Inspeções e sua subsidiária integral a empresa Brasil Salvage International Corp. **(II)** Realizar o aumento de capital, sem emissão de novas ações, mediante a capitalização de recursos disponíveis na Reserva de Capital da Companhia de R\$101.092,84 (cento e um mil, e noventa e dois reais e oitenta e quatro centavos) e da Reserva Orçamentária de Capital para Investimento de R\$ 198.907,16 (cento e noventa e oito mil novecentos e sete reais e dezesseis centavos). Permanecerá em reserva o valor de R\$152.130,48 (cento e cinquenta e dois mil cento e trinta reais e quarenta e oito centavos). O Artigo 5º do Estatuto Social passa a ter a seguinte redação: *"Artigo 5º - O Capital Social totalmente subscrito e integralizado é de R\$1.500.000,00 (Hum milhão e quinhentos mil reais) representado por 3.921.600 ações, sendo 2.421.600 ações ordinárias e 1.500.000 preferenciais todas nominativas sem valor nominal". Encerramento:* Nada mais havendo a tratar, e como ninguém mais desejasse fazer uso da palavra, a Assembleia foi encerrada com a lavratura desta ata, que, após lida e conferida, foi assinada por todos os presentes. Rio de Janeiro, 14 de maio de 2014. Isabella França Barbeito de Vasconcellos Sussekind - Diretora; João Carlos Guaraná Cruz Santos - Presidente. Acionistas: João Carlos Guaraná Cruz Santos; Mirian Fátima F. de Vasconcellos Sussekind - neste ato representada por Isabella França Barbeito de Vasconcellos Sussekind. Arquivada na JUCERJA sob o nº 00002626470 em 22/05/2014. Valéria G. M. Serra - Secretária Geral.

Id: 1690153

TELEMAR NORTE LESTE S/A

CNPJ/MF 33.000.118/0001-79 - NIRE 33 300 152580

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2014 (Lavrada na forma de sumário conforme faculta o art. 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76). **1. LOCAL, DATA E HORA:** Realizada na sede da Telemar Norte Leste S.A. ("Companhia"), localizada na Rua do Lavradio, 71, 2º andar - Centro, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20230-070, no dia 30 (trinta) de abril de 2014, às 8hs. **2. ORDEM DO DIA:** Assembleia Geral Ordinária: **(i)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, acompanhados do parecer dos auditores independentes; **(ii)** Examinar, discutir e votar a Proposta da Administração para a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013; **(iii)** Reconduzir os membros da Diretoria da Companhia; e **(iv)** Fixar a remuneração global anual dos Administradores da Companhia para o exercício de 2014. Assembleia Geral Extraordinária: **(i)** Aprovar o aumento do limite de garantias. **3. CONVOCAÇÃO:** Dispensada, nos termos do §4º do art. 124 da Lei nº 6.404/76, face à presença da acionista representante da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura constante do Livro de Presença de Acionistas. **4. PRESENÇA:** Acionista da Companhia representando 100% do capital social, conforme assinatura constante do Livro de Presença de Acionistas. **5. MESA:** Como Presidente, o Sr. Bayard De Paoli Gontijo; e, como Secretária, a Sra. Luciana de Assis Serra Alves. **6. DELIBERAÇÕES:** Após autorizada a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária em forma de sumário, foram examinadas as matérias da Ordem do Dia e tomadas as seguintes deliberações pela acionista representando 100% do capital social da Companhia: Em Assembleia Geral Ordinária: **(i)** Aprovar o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras, acompanhados do parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, publicadas nas edições do dia 09 de abril de 2014 do Brasil Econômico e do Diário Oficial do Rio de Janeiro, respectivamente nas páginas 13 a 30 e 3 a 19. **(ii)** Em conformidade com a proposta da Administração constante das Demonstrações Financeiras de 2013, aprovar a destinação do Lucro Líquido do Exercício no montante de R\$ 761.129.560,82 (setecentos e sessenta e um milhões, cento e vinte e nove mil, quinhentos e sessenta reais e oitenta e dois centavos), acrescidos dos Lucros Acumulados de R\$ 112.719,70 (cento e doze mil, setecentos e dezenove reais e setenta centavos) e da reversão da Reserva de Lucros de Incentivos Fiscais de R\$ 12.728.088,61 (doze milhões, setecentos e vinte e oito mil, oitenta e oito reais e sessenta e um centavos), que se dará da seguinte forma: (1) para constituição da Reserva Legal, o valor de R\$ 38.056.478,04 (trinta e oito milhões, cinquenta e seis mil, quatrocentos e setenta e oito reais e quatro centavos); (2) para constituição da Reserva de Investimentos, o valor de R\$ 413.225.748,56 (quatrocentos e treze milhões, duzentos e vinte e cinco mil, setecentos e quarenta e oito reais e cinquenta e seis centavos), com base no artigo 196 da Lei 6.404/76; e (3) para o pagamento de dividendos mínimos estatutários atribuídos às ações preferenciais classe "A", conforme preveem os artigos 9º, §1º, "a" e 34 do Estatuto Social da Companhia, o valor de R\$ 322.688.142,53 (trezentos e vinte e dois milhões, seiscentos e oitenta e oito mil, cento e quarenta e dois reais e cinquenta e três centavos). **(iii)** Foi aprovada a recondução dos atuais membros da Diretoria da Companhia, tendo em vista o término do mandato em curso. Assim sendo, são reconduzidos aos cargos de Diretores da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2017: **(1)** como Diretor Presidente, o Sr. **ZEINAL ABEDIN MAHOMED BAVA**, português, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade RNE nº. V319950-0, expedida pela CIMCRE/CGPMAF, inscrito no CPF/MF sob o nº 057.368.807-92, com endereço comercial à Rua Humberto de Campos, nº. 425, 8º andar, Leblon, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, o qual tomará posse do cargo e assumirá suas funções imediatamente após à obtenção da devida autorização pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE; **(2)** como Diretor de Finanças, o Sr. **BAYARD DE PAOLI GONTIJO**, brasileiro, casado, Administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade nº 08.484.929-1 IFF/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 023.693.697-28, re-

sidente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Rua Humberto de Campos, 425, 8º andar - Leblon; e (3) como Diretor sem designação específica, o Sr. **EURICO DE JESUS TELES NETO**, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade nº. 0002709809 SSP-BA, inscrito no CPF sob o nº. 131.562.505-97, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Rua Humberto de Campos, 425, 8º andar - Leblon. Os Srs. Eurico de Jesus Teles Neto e Bayard De Paoli Gontijo firmaram os respectivos Termos de Posse, na presente data, e o Sr. Zeinal Abedin Mahomed Bava tomará posse do cargo e assumirá suas funções imediatamente após à obtenção da devida autorização pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. Os Diretores declaram não estar incursos em qualquer dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer os cargos para os quais foram eleitos, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76. (iv) Aprovar o valor global de Remuneração para a Administração da Companhia no exercício de 2014, no valor de até R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais). Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) Aprovar a proposta de aumento do limite já aprovado para a contratação de garantias (incluindo, mas não se limitando, fiança bancária e seguro-garantia) para processos judiciais e/ou administrativos, para a Oi S.A. e suas controladas. A proposta compreende a autorização para a assinatura de contratos, apólices e termos em geral, necessários para contratação das garantias, bem como a concessão de garantia fidejussória por parte da Oi S.A., Oi Móvel S.A. e/ou da Companhia em favor de suas controladas, diretas e/ou indiretas. 7. **ENCERRAMENTO**: Não havendo qualquer outro pronunciamento, o Presidente da Mesa considerou encerrados os trabalhos da presente Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, determinando que fosse lavrada a presente ata, em forma de sumário, conforme facultado pelo artigo 130, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/76. ASSINATURAS: Bayard De Paoli Gontijo - Presidente; Luciana de Assis Serra Alves - Secretária; ACIONISTA - Oi S.A., representada por Bayard De Paoli Gontijo e Eurico de Jesus Teles Neto. A presente certidão é cópia fiel da ata, lavrada em livro próprio. Rio de Janeiro, 30 de abril de 2014. **Luciana de Assis Serra Alves** - Secretária. JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Nome: TELEMAR NORTE LESTE S/A. Certifico que o presente foi arquivado sob o nº 2620711 e data de 08/05/2014. Valéria G. M. Serra - Secretária Geral.

Id: 1690384

ZI PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 03.772.677/0001-36 - NIRE 33.300.265.066

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 28/04/2014. 1. Data, Hora e Local: Em 28/04/2014, às 10h, na sede da Cia., na Rua do Parque, nº 31, parte, RJ, CEP 20940-050. 2. **Convocação e Presença:** Convocação dispensada, em face da presença da totalidade dos acionistas da Cia., nos termos do art. 124, § 4º da Lei 6.404/76, conforme lista de Presença de Acionistas (Doc. 1). Presentes, ainda, o Srs. Ricardo Pernambuco Backheuser Júnior e Eduardo Backheuser, Diretores da Cia.; e Mário Vieira Lopes, representante da BKR - Lopes Machado Auditores, auditor independente da Cia.. 3. **Mesa:** Presidente: Eduardo Backheuser; Secretária: Sílvia Côrtes de Lacerda Ribeiro. 4. **Ordem do dia e Deliberações em AGO:** Por unanimidade de votos, observados os impedimentos legais, foram tomadas as seguintes deliberações: a) Aprovar, sem ressalvas, o Relatório dos Administradores, e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2013, publicados no DOERJ, Jornal Valor Econômico do Estado do RJ e no Jornal do Commercio em 25/04/2014 (Doc. 2). b) Aprovar a seguinte destinação do lucro líquido do exercício findo em 31/12/2013: (i) 5%, equivalente a R\$ 2.110.136,79, para a reserva legal; e (ii) O saldo do lucro líquido, no montante de R\$ 40.092.599,09, será destinado aos acionistas como dividendos, mediante crédito em conta corrente em favor dos acionistas junto à Cia., para distribuição à medida da disponibilidade de caixa. c) Eleger, na forma estatutária, para o mandato de 3 anos, ou seja até a AGO que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social de 2016, os Srs. (i) **Ricardo Pernambuco Backheuser Junior**, brasileiro, casado, engenheiro, domiciliado na Cidade e Estado de SP, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 50, 1º and., Itaim Bibi, como Diretor Geral; (ii) **Eduardo Backheuser**, brasileiro, casado, engenheiro, domiciliado na Cidade e Estado do RJ, na Rua do Parque, nº 31, São Cristóvão, portador da CI nº 08911020-9 IFP/RJ e CPF nº 013.865.967-28, como Diretor sem designação específica; os quais, presentes à assembleia, declaram para todos os fins e efeitos legais, que não estão impedidos por lei especial de exercer a administração de Cia. e nem foram condenados (ou encontram-se sob efeito de condenação) (i) a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou (iii) por crime contra a economia popular, o sistema financeiro nacional, as normas de defesa da concorrência, as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, e tomaram posse de seus cargos no mesmo ato, mediante assinatura de termo de posse, lavrado em livro próprio e arquivado na sede da Cia.. 5. **Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, foi lavrada, lida e aprovada a presente ata pela unanimidade dos presentes. 6. **Assinaturas**: Presidente: Eduardo Backheuser; Secretária: Sílvia Côrtes de Lacerda Ribeiro; Acionistas: Ricardo Pernambuco Backheuser Junior, Eduardo Backheuser, Anna Maria Lessa Backheuser, João Pedro Backheuser. Usufrutuários: Ricardo Pernambuco Backheuser e Déa Maria Backheuser. Diretores Eleitos: Ricardo Pernambuco Backheuser Junior , Eduardo Backheuser, Marcelo Antonio Carvalho Macedo e Rodolfo Mantuano. Representante do auditor independente da Cia., BKR - Lopes Machado. Auditores: Mário Vieira Lopes. Confere com o original lavrado em livro próprio. RJ, 28/04/2014. Eduardo Backheuser - Presidente, Sílvia Côrtes de Lacerda Ribeiro - Secretária. JUCERJA, nº 2630085 de 30/05/2014. Valéria G. M. Serra - Secretária Geral.

Id: 1690514

B4 CONSULTORIA LTDA.

CNPJ/MF 02.734.596/0001-89 - NIRE 3320612948-1

Ata de Reunião de Sócios realizada em 02/05/2014. 1. Data, Hora e Local: Em 02/05/2014, às 10h, na sede social, RJ/RJ, na Av. Marechal Câmara, nº 160, sala 520, parte, Centro, CEP: 20.020-080. 2. **Convocação e Presença:** Convocação dispensada, em face da presença de sócios titulares da totalidade das quotas da Sociedade, a saber: (i) **Ricardo Pernambuco Backheuser**, brasileiro, casado, engenheiro civil, domiciliado na Cidade e Estado do RJ, na Rua do Parque nº 31, São Cristóvão, portador da CI nº 1511390 IFP/RJ e CPF nº 005.994.687/34; (ii) **Eduardo Backheuser**, brasileiro, casado, engenheiro civil, domiciliado na Cidade e Estado do RJ, na Rua do Parque, nº 31, São Cristóvão, portador da CI nº 08911020-9, IFP/RJ e CPF nº 013.865.967/28; (iii) **Ricardo Pernambuco Backheuser Junior**, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente e domiciliado na Cidade e Estado de SP, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 50, 1º and., Itaim Bibi, portador da CI nº 08242966-3 IFP/RJ e CPF nº 002.219.087/22; (iv) **João Pedro Backheuser**, brasileiro, solteiro, arquiteto, domiciliado na Cidade e Estado do RJ, na Rua do Parque, nº 31, São Cristóvão, portador da CI nº 08662734-6 IFP/RJ e CPF nº 013.911.927/29; e (v) **Anna Maria Lessa Backheuser**, brasileira, separada judicialmente, arquiteta, domiciliada na Cidade e Estado do RJ, na Rua do Parque, nº 31, São Cristóvão, portadora da CI nº 07394866-3 IFP/RJ e CPF nº 926.092.877/04. 3. **Mesa:** Presidente: Eduardo Backheuser; Secretária: Sílvia Côrtes de Lacerda Ribeiro. 4. **Ordem do Dia e Deliberações Tomadas:** Por unanimidade de votos, observados os impedimentos legais, foram tomadas as seguintes deliberações: (i) aprovar, sem ressalvas, as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2013, que foram disponibilizadas aos sócios com a antecedência prescrita em lei (Doc.1); (ii) aprovar a proposta da administração para destinação do lucro líquido do exercício findo em 31/12/2013, já refletida nas demonstrações financeiras acima aprovadas, destinando-se R\$ 4.436.989,54 como dividendos, já integralmente pagos aos sócios durante o exercício de 2013 como antecipação, desproporcionalmente às suas respectivas participações no capital social, o qual, rubricado pela

mesa fica arquivado na sede da Sociedade. O saldo do lucro líquido, no montante de R\$ 3.704.768,54, não será distribuído. 5. **Encerramento:** Após lavrada, lida e aprovada esta ata, que vai assinada pelos presentes, com autenticação dos documentos anexos nela referidos, que ficam arquivados na sede da Sociedade. 6. **Assinaturas:** Eduardo Backheuser, Presidente e Sílvia Côrtes de Lacerda Ribeiro, Secretária. Sócios: Ricardo Pernambuco Backheuser; Ricardo Pernambuco Backheuser Junior; Eduardo Backheuser; João Pedro Backheuser; e Anna Maria Lessa Backheuser. RJ, 02/05/2014. Eduardo Backheuser - Presidente, Sílvia Côrtes de Lacerda Ribeiro - Secretária. JUCERJA, nº 2630975 de 02/06/2014. Valéria G. M. Serra - Secretária Geral.

Id: 1690504

SÊNeca S.A.

CNPJ/MF nº 29.982.220/0001-40 - NIRE 33300167676

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 02/05/2014. 1. Data, Hora e Local: Em 02/05/2014, às 10h, na sede social, na Rua do Parque, nº 31 (parte), RJ, CEP: 20940-050. 2. **Convocação e Presença:** Convocação dispensada, em face da presença da totalidade dos acionistas da Cia., nos termos do art. 124, § 4º da Lei 6.404/76, conforme lista de presença anexa (Doc. 1). Presente, ainda, o Sr. Eduardo Backheuser, Diretor da Cia.. 3. **Mesa:** Presidente: Eduardo Backheuser; Secretária: Sílvia Côrtes de Lacerda Ribeiro. 4. **Ordem do Dia e Deliberações Tomadas:** Por unanimidade de votos, observados os impedimentos legais, foram tomadas as seguintes deliberações: 4.1. Aprovar, sem ressalvas, o Relatório dos Administradores, e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2013, publicados no DOERJ e no Jornal Diário Mercantil em 30/04/2014 (Doc. 2). 4.2. Consignar que a Cia. não distribuirá dividendos, considerando que não houve resultado em 2013. 4.3. Eleger, na forma estatutária, para o mandato de 3 anos, ou seja até a AGO que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social de 2016, os Srs. (i) **Ricardo Pernambuco Backheuser Junior**, brasileiro, casado, engenheiro, domiciliado na Cidade e Estado de SP, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 50, 1º and., Itaim Bibi, como Diretor Geral; e (ii) **Eduardo Backheuser**, brasileiro, casado, engenheiro, domiciliado na Cidade e Estado do RJ, na Rua do Parque, nº 31, São Cristóvão, portador da CI nº 08911020-9 IFP/RJ e CPF nº 013.865.967-28, como Diretor sem designação específica, os quais, presentes à assembleia, declaram para todos os fins e efeitos legais, que não estão impedidos por lei especial de exercer a administração de Cia. e nem foram condenados (ou encontram-se sob efeito de condenação) (i) a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou (iii) por crime contra a economia popular, o sistema financeiro nacional, as normas de defesa da concorrência, as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, e tomaram posse de seus cargos no mesmo ato, mediante assinatura de termo de posse, lavrado em livro próprio e arquivado na sede da Cia.. 5. **Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, foi lavrada, lida, aprovada e assinada a presente ata pela unanimidade dos presentes. 6. **Assinaturas:** Presidente: Eduardo Backheuser; Secretária: Sílvia Côrtes de Lacerda Ribeiro; Acionistas: Zi Participações S.A., representada por seus Diretores Ricardo Pernambuco Backheuser Junior e Eduardo Backheuser, e Borromeo Participações S.A., representada por sua Diretora Miriam Backheuser Mambrini; Diretores: Eduardo Backheuser e Ricardo Pernambuco Backheuser Júnior. Confere com o original lavrado em livro próprio. RJ, 02/05/2014. Eduardo Backheuser - Presidente, Sílvia Côrtes de Lacerda Ribeiro - Secretária JUCERJA, nº 2630264 de 30/05/2014. Valéria G. M. Serra - Secretária Geral.

Id: 1690496

MOTO MERCANTIL CAMPISTA S/A.

CNPJ - 28.935.153/0001-40 - NIRE - 33.3.0014143-0

Resumo da Ata da Assembleia Geral Ordinária, Extraordinária e Especial realizada em 22 de Abril de 2014: Data e Local: 22 de Abril de 2014, na Sede Social, Rua dos Goytacazes, 342, Campos dos Goytacazes - RJ. **Quorum/Presença:** 85,87% do Capital votante. **Convocação:** jornal "O Diário" edições de 21, 22 e 23 de Março de 2014 e "Diário Oficial do RJ" edições de 21, 24 e 25 de Março de 2014. **Mesa Diretora:** Presidente: Sandro Augusto Souza de Carvalho, e Secretária: Alcioni Souza de Carvalho. **Deliberações Aprovadas:** Por unanimidade, as contas da Diretoria referentes ao exercício de 2013 do lucro aprovado de R\$ 631.393,18, distribuição aos Acionistas de R\$ 157.848,29 como dividendos; aprovação do direito de sucessão das ações. **Honorários da Diretoria a partir de 1º de Maio de 2014:** Diretor Presidente passará a receber R\$ 8.600,00 e Diretora Tesoureira: R\$ 5.400,00 mensalmente. **Conselho Fiscal:** não se elegeu, instalando-o quando necessário. Encerrada a Assembleia. **MESA DIRETORA:** Presidente: Sandro Augusto Souza de Carvalho e Secretária: Alcioni Souza de Carvalho. **ACIONISTAS:** Álvaro Rufino Cruz de Carvalho, Pedro Rufino Cruz de Carvalho, Álvaro Rufino Cruz de Carvalho Filho, André Luis Souza de Carvalho e Maythe Carvalho Thomé. **Arquivamento desta ata:** JUCERJA Certifico e deferimento sob o nº. 2628896 em data de 28/05/2014, Valéria G.M. Serra - Secretária Geral.

Id: 1690493

CCNE CARIOCA CONCESSÃO VIAPAR S.A.

CNPJ/MF: 14.932.563/0001-22 - NIRE 33.3.0030223-9

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 02/05/2014. 1. Data, hora e local: Em 02/05/2014, às 10h, na sede social, na Rua do Parque, nº 31 (parte), RJ, CEP: 20940-050. 2. **Convocação e Presença:** Convocação dispensada, em face da presença da totalidade dos acionistas da Cia., nos termos do art. 124, § 4º da Lei 6.404/76, conforme lista de Presença de Acionistas (Doc. 1). Presentes, ainda, os Srs. Ricardo Pernambuco Backheuser Junior e Eduardo Backheuser, Diretores da Cia.. 3. **Mesa:** Presidente: Eduardo Backheuser; Secretária: Sílvia Côrtes de Lacerda Ribeiro. 4. **Ordem do dia e Deliberações Tomadas:** Por unanimidade de votos, observados os impedimentos legais, foram tomadas as seguintes deliberações: a) Aprovar, sem ressalvas, as contas dos administradores e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2013, publicados no DOERJ e no Jornal Diário Mercantil, no dia 30/04/2014 (Doc.2). b) Aprovar a proposta da administração para destinação do lucro líquido do exercício findo em 31/12/2013, já refletida nas demonstrações financeiras acima aprovadas, destinando-se: (i) 5%, equivalente a R\$ 581.687,62 para a formação da reserva legal e; (ii) o saldo remanescente, no montante de R\$ 11.052.064,69 será destinado aos acionistas a título de dividendos, mediante crédito em conta corrente em favor dos acionistas junto à Cia., para distribuição à medida da disponibilidade de caixa. c) Eleger, como diretor sem designação específica, para o mandato coincidente com os demais diretores já eleitos, ou seja, até assembleia geral que deliberar sobre as contas do exercício de 2014: **Marcelo Antonio Carvalho Macedo**, brasileiro, casado, empresário, domiciliado na Cidade e Estado do RJ, na Rua do Parque, nº 31, São Cristóvão, portador da CI nº 070241435 - IFP/RJ e CPF/MF nº 873.001.927-34; o qual, presente à Assembleia declarou, para todos os fins e efeitos legais, que não está impedido por lei especial de exercer o cargo para o qual foi eleito e nem foi condenado, ou encontra-se sob efeito de condenação: (i) a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou (iii) por crime contra a economia popular, o sistema financeiro nacional, as normas de defesa da concorrência, as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, tomando posse no mesmo ato, mediante assinatura no termo de posse, arquivado na sede da Cia.. d) Tendo em vista o disposto no item a acima, consignar que a Diretoria passa a ser composta pelos seguintes membros: (i) Ricardo Pernambuco Backheuser Junior; (ii) Eduardo Backheuser e (iii) Marcelo Antonio Carvalho Macedo. 5. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada, lida, aprovada e assinada a presente ata pela unanimidade dos presentes. 6. **Assinaturas:** Presidente: Eduardo Backheuser; Secretária: Sílvia Côrtes de Lacerda Ribeiro; Acionistas: Ricardo Pernambuco Backheuser Junior, Eduardo Backheuser, Anna

Maria Lessa Backheuser, João Pedro Backheuser, Miriam Backheuser Mambrini e Carlos Alberto Mambrini. Usufrutuários: Ricardo Pernambuco Backheuser e Déa Backheuser. Diretores: Ricardo Pernambuco Backheuser Junior, Eduardo Backheuser e Marcelo Antônio Carvalho Macedo. Confere com o original lavrado em livro próprio. RJ, 02/05/2014. Eduardo Backheuser - Presidente, Sílvia Côrtes de Lacerda Ribeiro - Secretária. JUCERJA, nº 2630148 de 30/05/2014. Valéria G. M. Serra - Secretária Geral.

Id: 1690491

CARIOCA CHRISTIANI-NIELSEN ENGENHARIA S.A.

CNPJ/MF Nº 40.450.769/0001-26 - NIRE 33300032614

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26/04/2014. 1. Data, hora e local: Em 26/04/2014, às 10h, na sede social, na Rua do Parque, nº 31, São Cristóvão, na Cidade e Estado do RJ. 2. **Presença:** Convocação dispensada, em face da presença da acionista da Cia. representando 100% do capital social, nos termos do art. 124, § 4º da Lei 6.404/76, conforme lista de Presença de Acionistas (Doc. 1). 3. **Mesa:** Presidente: Roberto José Teixeira Gonçalves; Secretária: Sílvia Côrtes de Lacerda Ribeiro. 4. **Deliberações:** Por unanimidade dos votos, as seguintes deliberações foram tomadas: a) Eleger, como membros do Conselho Consultivo, para o mandato coincidente com os demais conselheiros já eleitos, ou seja, até 30/03/2015: (i) **Ricardo Pernambuco Backheuser Junior**, brasileiro, casado, engenheiro, com endereço comercial na Rua do Parque, 31 São Cristóvão, portador da CI nº 08242966-3 - IFP/RJ e CPF nº 002.219.087/22; e (ii) **Eduardo Backheuser**, brasileiro, casado, engenheiro, com endereço comercial na Rua do Parque, 31 São Cristóvão, portador da CI nº 08911020-9 - IFP/RJ e CPF nº 013.865.967/28; os quais, presentes à Assembleia declararam, para todos os fins e efeitos legais, que não estão impedidos por lei especial de exercer os cargos para os quais foram eleitos e nem foram condenados, ou encontram-se sob efeito de condenação: (i) a pena que vede, ainda que temporariamente, ao acesso a cargos públicos; (ii) por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou (iii) por crime contra a economia popular, o sistema financeiro nacional, as normas de defesa da concorrência, as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, tomando posse no mesmo ato, mediante assinatura no termo de posse, arquivado na sede da Cia.. Tendo em vista o disposto no item a acima, consignar que o Conselho Consultivo passa a ser composto pelos seguintes membros: (i) Presidente: **Ricardo Pernambuco Backheuser**; e (ii) Conselheiros: **Mário Villar Ribeiro Dantas**, **Tania Maria Silva Fontenelle**, **Ricardo Pernambuco Backheuser Junior** e **Eduardo Backheuser**. 5. **Encerramento:** Após lavrada, lida e aprovada esta ata, que vai assinada pelos presentes. 6. **Assinaturas:** Presidente: Roberto José Teixeira Gonçalves; Secretária: Sílvia Côrtes de Lacerda Ribeiro. Acionista: Santo Avito Participações S.A., por seus diretores Ricardo Pernambuco Backheuser Junior e Eduardo Backheuser. Confere com o original lavrado em livro próprio. RJ, 26/04/2014. Roberto José Teixeira Gonçalves - Presidente; Sílvia Côrtes de Lacerda Ribeiro - Secretária JUCERJA, nº 2628965 de 28/05/2014. Valéria G. M. Serra - Secretária Geral.

Id: 1690487

RIO ALTO GESTÃO DE CRÉDITOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 11.973.206/0001-14 - NIRE 33.3.0030878-4

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2014. 1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 30 (trinta) dias do mês de abril de 2014, às 11h30m, na sede da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Beneditinos, nº 23 - 2º andar - Sala 205, Centro, CEP 80420-000. 2. **PRESENÇA:** Acionistas da Companhia representando 100% do capital social, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. 3. **MESA:** Como Presidente, o Sr. Bayard De Paoli Gontijo e, como Secretária, a Sra. Luciana de Assis Serra Alves. 4. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada, nos termos do §4º do art. 124 da Lei nº 6.404/76, face à presença das acionistas representantes da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. 5. **ORDEM DO DIA:** (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013; (ii) Examinar, discutir e votar a Proposta da Administração para a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013; (iii) Reeleger os atuais membros do Conselho de Administração; e (iv) Fixar a remuneração global anual anual dos Administradores da Companhia para o exercício de 2014. 6. **DELIBERAÇÕES:** Após autorizada a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia Geral Ordinária em forma de sumário, foram examinadas as matérias da Ordem do Dia e tomadas as seguintes deliberações pelas acionistas representando 100% do capital social da Companhia: (i) Foi dispensada a leitura das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, por já serem do conhecimento das acionistas. Ficou decidido também consignar em ata que a publicação dos referidos documentos, bem como dos anúncios referidos no caput do artigo 133 da Lei nº 6.404/1976, foi dispensada nos termos do artigo 294, inciso II, da Lei nº 6.404/1976. Em seguida, foram aprovados o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013. (ii) Em conformidade com a Proposta da Administração constante das Demonstrações Financeiras de 2013, foi aprovada a destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2013 no montante de R\$ 62.095.046,91 (sessenta e dois milhões, noventa e cinco mil, quarenta e seis reais e noventa e um centavos), que se dará da seguinte forma: a) para absorção de Prejuízos Acumulados, o valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais); b) para a constituição de Reserva Legal, o valor de R\$ 3.104.712,35 (três milhões, cento e quatro mil, setecentos e doze reais e trinta e cinco centavos); c) para o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios, o valor de R\$ 20.646.337,10 (vinte milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, trezentos e trinta e sete reais e dez centavos); e, d) para o pagamento de dividendos adicionais ao mínimo obrigatório, o valor de R\$ 38.343.197,46 (trinta e oito milhões, trezentos e quarenta e três mil, cento e noventa e sete reais e quarenta e seis centavos). (iii) Foi aprovada, nos termos do Artigo 14 do Estatuto Social da Companhia, a reeleição dos Srs. (i) **Bayard De Paoli Gontijo**, brasileiro, casado, Administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade nº 08.484.929-1 IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 023.693.697-28, ao cargo de Presidente do Conselho de Administração, (ii) **Nuno Filipe Carnaz Cadima**, português, casado, economista, portador da carteira de identidade RNE nº V670137-B, expedida pelo CIMCRE/CGPMAF, inscrito no CPF sob o nº 233.979.668-76, com endereço à Rua Humberto de Campos nº 425 - 8º andar, Leblon, Rio de Janeiro/RJ, ao cargo de membro do Conselho de Administração, e (iii) **Luiz Carlos da Silva Cantidio Junior**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da carteira de identidade nº 27.405.893-5, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 150.915.381-00, com endereço à Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041 e 2235 - Bloco A (parte), Vila Olímpia, São Paulo/SP, ao cargo de membro do Conselho de Administração, todos com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no ano de 2015. Foi declarado que os Conselheiros ora eleitos não incorrem nas proibições constantes do artigo 147 da Lei nº 6.404/76, que os impeçam de exercer a função para a qual foram eleitos e tomarão posse nos respectivos cargos mediante a assinatura dos competentes Termos de Posse. (iv) Foi fixado o valor global de remuneração para a Administração da Companhia, para o exercício de 2014, no valor de até R\$ 119.382,00 (cento e dezenove mil, trezentos e oitenta e dois reais). 7. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, a presente ata foi lavrada e depois lida, aprovada e assinada pelas acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, que autorizaram sua publicação sem as assinaturas das acionistas presentes, na forma do art. 130, §2º, da Lei nº 6.404/76. ASSINATURAS: Bayard De Paoli Gontijo (Presidente); Luciana de Assis Serra Alves (Secretária); Acionistas: Oi S.A., representada por Bayard De Paoli Gontijo e Eurico de Jesus Teles Neto, e Banco Santander (Brasil) S.A., representado por Jorge Alberto Ball e Guilherme Seffrin Helzel. A presente ata é cópia fiel da original, la-